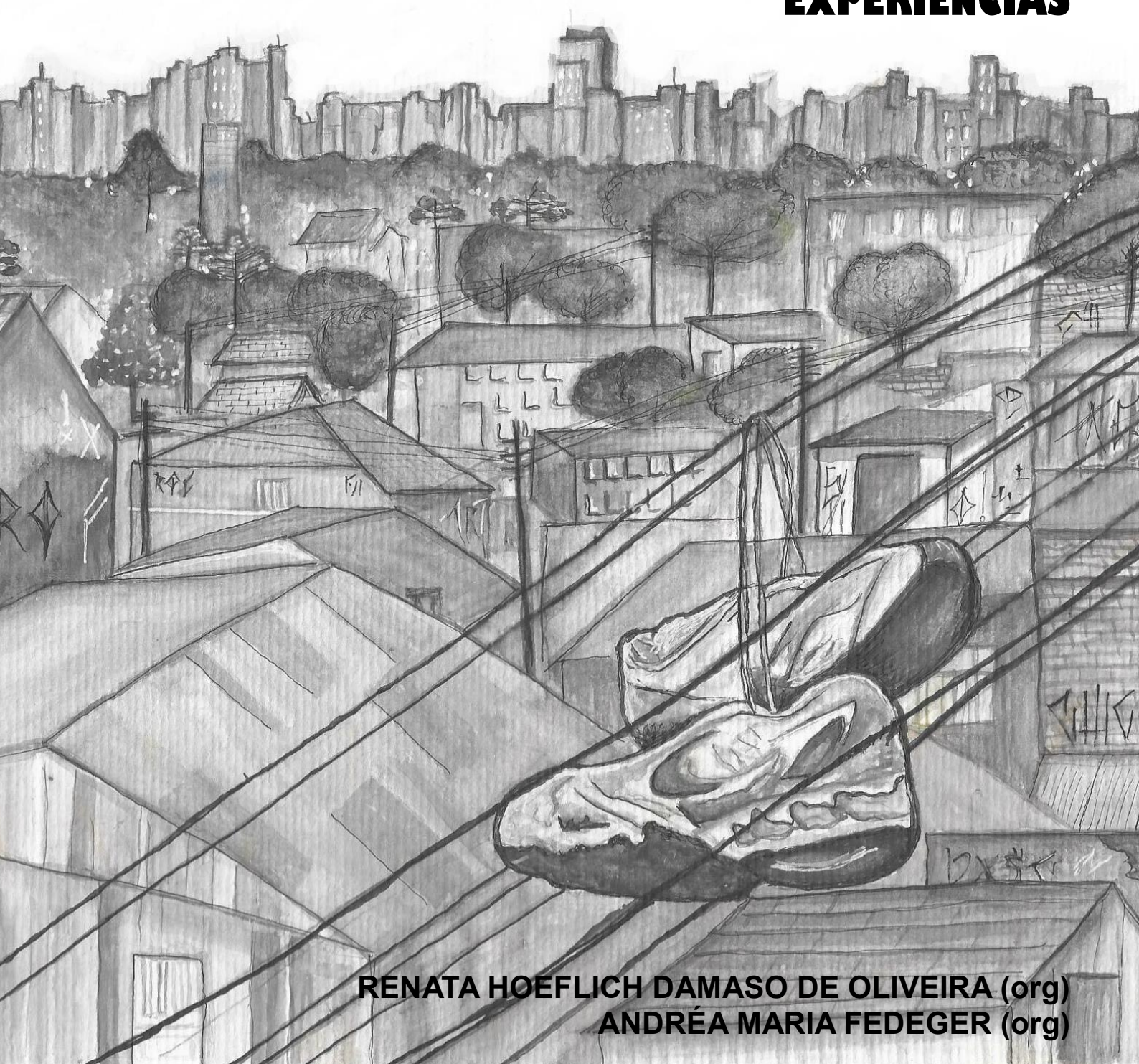


SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

TROCA DE SABERES E COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS



RENATA HOEFlich DAMASO DE OLIVEIRA (org)
ANDRÉA MARIA FEDEGER (org)

SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA – TROCA DE SABERES E COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS

RENATA HOEFLICH DAMASO DE OLIVEIRA

ANDREA MARIA FEDEGER

Organizadoras

AUTORAS

Alessandra Barros Amorim

Alexandra de Campos Bittencourt

Ana Maria Campos Machado

Andréa Maria Fedeger

Daniela Andrade da Anunciação

Hellen Kertischka Batista de Lima

Heloise Kurudz

Juliana Biazze Feitosa

Kimberly Oliveira

Lorena Godoy

Luciana Reis Martins

Marina Jorge da Silva

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Tamara Aparecida Maciel

Thaís Perim Khouri

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Semiliberdade em tempos de pandemia
[livro eletrônico] : troca de saberes e
compartilhamento de experiências / organização
Renata Hoeflich Damaso de Oliveira, Andréa
Maria Fedeger ; ilustração Aline Hultemann. --
1. ed. -- Curitiba, PR : Ed. dos Autores, 2022.
PDF.

Vários autores.
ISBN 978-65-00-46900-4

1. Cidadania 2. COVID-19 (Doença) - Aspectos
sociais 3. COVID-19 - Pandemia 4. Educação a
distância 5. Telemedicina 6. Teletrabalho
I. Oliveira, Renata Hoeflich Damaso de.
II. Fedeger, Andréa Maria. III. Hultemann,
Aline.

22-114390

CDD-304.62

Índices para catálogo sistemático:

1. Coronavírus : COVID-19 : Aspectos sociais :
Sociologia 304.62

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Paraná
Departamento de Terapia Ocupacional
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 - Jardim Botânico
Bloco Didático II, Campus Jardim Botânico
CEP 80210-170, Curitiba - PR - Brasil

O conteúdo, opiniões, conceitos e posicionamentos expressos nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial dos organizadores do e-book. Para esta publicação os autores atestarem que os trabalhos são de autoria própria e que foram tomados os cuidados em relação a não violação dos direitos de propriedade intelectual.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
<i>Renata Hoeflich Damaso de Oliveira</i>	
<i>Andréa Maria Fedeger</i>	

GARANTIA DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES E JOVENS EM TEMPOS DE PANDEMIA: NOVOS E VELHOS DESAFIOS	9
<i>Marina Jorge da Silva</i>	

SEÇÃO I – ESTRATÉGIAS NO ACOMPANHAMENTO REMOTO

PANDEMIA DO COVID-19 E NOVAS METODOLOGIAS DE TRABALHO NA SEMILIBERDADE DE CASCAVEL	22
<i>Ana Maria Campos Machado</i>	
<i>Juliana Biazze Feitosa</i>	

O ABANDONO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS	31
<i>Alessandra Barros Amorim</i>	

SEÇÃO II – PROPOSIÇÃO DE ATIVIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

ARTE PARA A LIBERDADE – DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA	40
<i>Thais Perim Khouri</i>	
COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIA: FESTA JUNINA EM CASA.....	50
<i>Heloise Kurudz</i>	

SEÇÃO III – COTIDIANOS E ROTINAS NA EXECUÇÃO DA SEMILIBERDADE

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA PANDEMIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	56
<i>Alexandra de Campos Bittencourt</i>	
<i>Daniela Andrade da Anunciação</i>	

CUIDADO COM TRABALHADORES DA SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	62
<i>Tamara Aparecida Maciel</i>	

SEÇÃO IV – TROCA DE SABERES SOBRE SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: PENSAR A ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA CONSTRUIR PROPOSTAS DE AÇÃO	74
<i>Renata Hoeflich Damaso de Oliveira</i>	
<i>Luciana Reis Martins</i>	

A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE TERAPIA OCUPACIONAL NA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO ‘SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA’	82
<i>Hellen Kertischka Batista de Lima</i>	
<i>Kimberly Camargo de Oliveira</i>	
<i>Lorena Bueno de Godoy</i>	

SOBRE AS AUTORAS.....	87
-----------------------	----

AGRADECIMENTOS.....	89
---------------------	----

APRESENTAÇÃO

A partir do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19, o fazer socioeducativo precisou ser rapidamente repensado. Medidas universais de segurança à saúde a partir do confinamento e isolamento físico e social foram adotadas visando garantir a vida e minimizar índices de contaminação do vírus SARS COV-19. Para responder a esta realidade o Conselho Nacional de Justiça recomendou aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

A medida socioeducativa de semiliberdade continuou vigorando e diversos casos requisitaram adaptação frente à conjuntura existente em vista à pandemia e necessidade de isolamento social. O modo de executar a medida socioeducativa necessitou ser repensado, considerando as tecnologias disponíveis e as condições socioeconômicas e de acessibilidade cultural de adolescentes e suas famílias.

A partir do questionamento de como executar a medida de semiliberdade nesta nova conjuntura, e considerando que é necessária a compreensão da realidade social vivenciada pelos adolescentes para que haja possibilidade de transformação, o evento “SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA - Troca de saberes e compartilhamento de experiências” foi organizado, materializando-se em um encontro virtual com troca de experiências e discussão da temática da semiliberdade.

Através da extensão universitária foi possível reunir profissionais que atuam com adolescentes nas medidas socioeducativas, estudantes, professores universitários e pesquisadores para compartilhar experiências.

O evento de extensão foi realizado pelo Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná – UFPR em abril de 2021. Teve como objetivos promover os saberes de prática profissional e fomentar discussão sobre o Sistema de Atendimento Socioeducativo, em específico a execução da Semiliberdade no contexto de pandemia e isolamento social, assim como possibilitar o compartilhamento de experiências e saberes.

O evento contou com 130 participantes do território brasileiro (Paraná, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Pará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Tocantins, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal) e do Chile. Dentre os inscritos identificam-se profissionais atuantes em unidades socioeducativas de semiliberdade e internação, assim como na execução de

medida socioeducativa em meio aberto, profissionais vinculados à programas de aprendizagem e participantes da comunidade acadêmica. Considerando as categorias profissionais, foram identificados advogados, agentes administrativos, agentes de segurança socioeducativo, analistas técnicos, apoio técnico pedagógico, arte educadora / arteterapeuta, assistentes sociais, coordenadores, diretores, gestores, enfermeiros, estudantes, pedagogos, professores, psicólogos, técnicos em enfermagem e terapeutas ocupacionais.

Esse encontro marcou importante cenário formativo, profissional e interdisciplinar e a extensão universitária viabilizou um espaço para diálogo e compartilhamento de experiências. O espaço neutro da universidade pública, nos encaminhamentos do evento, foi selecionado para constituir um lugar de estudo, diálogo, avaliação e promoção de saberes e compartilhamento de experiências sobre atendimento a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, em específico a semiliberdade.

Acreditamos na potência das práticas relatadas, sendo que almejamos que todos que tenham contato com este material, possam sentir o compromisso existente na execução a proposta de semiliberdade, principalmente neste momento em que as vulnerabilidades vivenciadas pelos adolescentes estão evidenciadas.

Almejamos uma boa leitura a todos!

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira
Andréa Maria Fedeger

SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA – TROCA DE SABERES E COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS



GARANTIA DOS DIREITOS DOS ADOLESCENTES E JOVENS EM TEMPOS DE PANDEMIA: NOVOS E VELHOS DESAFIOS

GUARANTEE OF THE RIGHTS OF ADOLESCENTS AND YOUTH IN TIMES OF PANDEMIC: NEW AND OLD CHALLENGES

Marina Jorge da Silva

RESUMO

Se por um lado a pandemia por CoVid-19 trouxe consigo a necessidade de reinvenção de muitos aspectos da vida, ela também deixou patente muitas de nossas incongruências enquanto sociedade, certamente bastante agravadas e avolumadas com a grave crise de origem sanitária (que ganhou dimensões políticas, sociais e também econômicas), mas, infelizmente, muitas nem tão novas assim. Pobreza, desigualdade, e outras tantas de nossas mazelas sociais são problemas históricos no Brasil. Apesar do cenário inédito, depara-se com velhas questões que evidenciam a necessidade de reafirmação daquilo que ainda se busca ancorar: a garantia dos direitos dos adolescentes e jovens. Neste capítulo pretende-se problematizar, a partir da realidade brasileira, o ainda frágil processo de reconhecimento de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, e o necessário avanço na efetivação deste lugar social a esses grupos. Parte-se de uma breve contextualização histórica-conceitual desse processo, pautando a perspectiva da cidadania e do direito ampliado para além da garantia da vida e saúde, como destacado nos/pelos últimos tempos.

Palavras-chave: Adolescência; Juventude; Cidadania; Garantia de Direitos; Pandemia.

ABSTRACT

If on the one hand the COVID-19 pandemic has brought the need to reinvent many aspects of life, on the other hand, it has revealed many of our inconsistencies as a society. These inconsistencies have certainly been aggravated and increased by the resulting serious health crisis, which has gained political, social and economic dimensions; however, unfortunately, many of them are not new. Poverty, inequality, and many other social ills are historical problems in Brazil. They are old issues that did not begin with the unprecedented scenario of the COVID-19 pandemic, but rather need to be reaffirmed, highlighting the lack of debates that can strengthen and broaden the perspective of guaranteeing the rights of adolescents and youth with a view to making them effective. In this chapter, we problematize, from the Brazilian reality, the still fragile process of recognition of adolescents and youth as individuals with rights, and the necessary advance to effectuate the social space of these groups. We start from a brief historical-conceptual contextualization of this process, establishing the perspective of citizenship and rights expanded beyond the guarantee of life and health, as highlighted in/by recent times.

Keywords: Adolescence; Youth; Citizenship; Guarantee of rights; Pandemic.

Processo sócio-histórico de reconhecimento da adolescência e juventudes¹ como sujeitos de direitos

No Brasil, uma importante parcela da população, em termos de contingente, é composta por adolescentes e jovens. De acordo com a Coordenação de População e Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, adolescentes e jovens, somados, representavam mais de 30% da população brasileira, figurando quase 65 milhões de pessoas (IBGE, 2020).

A despeito da magnitude dessa representatividade populacional, vivemos hoje, apesar de amplo, um recente e, portanto, tardio, processo de reconhecimento desses grupos enquanto sujeitos de direitos. De acordo com Abramo (2005, p. 39), pela falta de incorporação das juventudes na agenda e na arena pública, por muito tempo “os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania”, sendo levados, por anos, à invisibilidade social.

Foi somente no final da década de 1980 e início da década de 1990 (PIMENTA, 2007) que adolescentes e jovens passaram a ter maior visibilidade na cena pública nacional, em virtude da promulgação das primeiras políticas de/para integração social desses grupos enquanto sujeitos de direitos. À esta época ainda se destacava a preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, fazendo-se frequente a associação desses sujeitos a uma imagem de rebeldia e de geração de problemas (DEBERT, 2010), aspectos que contribuíram para a construção de uma certa “visibilidade negativa” em torno desses sujeitos.

De acordo com Krauskopf (2004) e Quapper (2012), criou-se uma visão estigmatizante e reducionista em torno dos sujeitos mais jovens, tomando-as como sinônimo de rebeldia, ameaça (pela associação com a violência e/ou possibilidade de ruptura com o instituído), libertinagem, contestação e produção de desordem (CASSAB;

¹ Embora este livro se coloque à reflexão centrada na adolescência, optou-se por, neste capítulo, especificamente, utilizar conjuntamente os termos adolescência e juventude, não como sinônimos, mas como perspectiva de ampliação da discussão a partir de conceitos distintos (FREITAS, 2005). A noção de adolescência centra-se em um processo eminentemente biológico, de desenvolvimento fisiológico, cognitivo e psicológico, enquanto a juventude tem sido entendida como categoria social, um conceito que se relaciona com o processo de socialização do sujeito e de aquisição de papéis sociais (LOPES; SILVA, 2007). O que nos importa é o reconhecimento de que cada concepção carrega pressupostos teóricos e ideológicos distintos, levando a diferentes lugares sociais e modelos de assistência a esses sujeitos (PERES; ROSENBERG, 1998).

MENDES, 2011; ABRAMO, 1997).

Essa visibilidade negativada, além de refletir uma certa compreensão dos sujeitos (mais tarde denominados adolescentes e jovens), promoveram a proposição de intervenções estatais dedicadas ao seu controle, em uma racionalidade bastante próxima àquela produzida pelo Código de Menores², a qual, nas palavras de Costa (2000), oscilava “como um pêndulo” entre as vertentes assistencialista e repressiva.

Nesse processo, passou-se a considerar os sujeitos mais jovens não somente como um problema de ordem pública, social, mas também como um problema digno da intervenção estatal (SILVA, 2020), por mais que essa intervenção se constituísse sob uma perspectiva ora repressora, seletiva, e orientada para o controle e vigilância das classes populares (CUSTÓDIO, 2009), ora de caráter assistencialista e caritativo (BRASIL, 1979), a depender da categorização atribuída aos sujeitos.

O próprio Código Melo Mattos (1929; 1979) foi responsável por definir dois grupos distintos entre as pessoas com idade inferior a 18 anos: aqueles de/em situação “regular” e os de/em situação “irregular”, ou, dito de outra forma, em “privação de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória” (BRASIL, 1979, s/p).

Compondo a dita “situação irregular”³ (BRASIL, 1979) encontravam-se tanto os sujeitos com o rótulo de carentes e abandonados quanto aqueles tomados por inadaptados e infratores; diante disso, ia se estabelecendo uma certa desigualdade em termos de tratamento jurídico, como ao se estabelecer que somente os transgressores da lei estariam sob vigilância, controle e repressão do Estado⁴, enquanto aos “carentes” se propunham ações filantrópicas e paternalistas.

Fosse pela condição de menor infrator, ou pela condição de menor abandonado, o que estava posto em evidência, de fato, era a figura daquele sujeito que ameaça e coloca em risco a ordem social, bem como o progresso e a segurança nacional (CUSTÓDIO, 2009); desta forma, se concentravam todas as discriminações em uma única categoria jurídica: a

² “Código de Menores” (BRASIL, 1929), também conhecido como Código Melo Mattos, e posteriormente, o “Novo Código de Menores” (BRASIL, 1979).

³ Conforme o Art. 2º do Código de Menores, era considerado em situação irregular o “menor”: privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória; com pais ou responsáveis ausentes, omissos ou com dificuldade ou impossibilidade de provê-lo, representa-lhe e/ou dar assistência legal; aqueles vítimas de maus tratos; em “perigo moral”; ou, ainda, aquele autor de infração penal e/ou com “desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária” (BRASIL, 1979, s/p).

⁴ Conforme o art. 1º: “Este código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores; I – até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular” (BRASIL, 1979).

menoridade (CUSTÓDIO, 2009), demarcando um lugar social de pouca importância/relevância, a “menoridade social” (MALFITANO; ADORNO, 2006).

Essa junção de diferentes sujeitos sob uma mesma nomenclatura também encerrava uma associação delicada entre a situação de vulnerabilidade socioeconômica e a ideia de periculosidade e delito, desdobrando-se, inclusive, em uma certa validação e reafirmação do pouco valor social creditado a esses sujeitos, justificando distintos graus de legitimidade para acesso (ou não acesso) às ações do Estado (MALFITANO; ADORNO, 2006; NASCIMENTO, 2007).

A arbitrariedade no processo de visibilização desses sujeitos colocava os adolescentes e jovens ainda mais distantes da possibilidade de ascender ao reconhecimento de um lugar social de sujeito de direitos. O nó górdio estava, certamente, associado ao fato de não se tomar a ideia do direito como eixo organizador das ações sociais (MALFITANO; ADORNO, 2006).

Isso começa a se modificar com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) a qual pauta a juridicização e a positivação dos direitos fundamentais e a igualdade de reconhecimento e acesso aos direitos como algo universal, para todos, sem exceções, dentro do território nacional⁵.

Estabelecendo um regime político democrático, a Constituição brasileira (BRASIL, 1988), ao propor o direito como prerrogativa, difundindo a perspectiva de Estado Democrático de Direito, abriu espaço para problematizar a carga simbólica em torno daqueles sujeitos em reconhecida situação “irregular”. Além disso, um avanço importante trazido pela/na Carta Magna foi/é a abertura de espaços para tensionar uma análise e atenção diferenciadas a alguns grupos sociais, destacados da população em geral a partir do reconhecimento de que apresentam características e demandas particulares.

De acordo com Silva (2020), o reconhecimento de demandas singulares e específicas da adolescência e juventudes enquanto grupos, associadas ao reconhecimento de demandas diferenciadas em relação aos demais foram dois aspectos centrais no que tange o processo de sua visibilização; isto por que o comum direito em ter a diferença

⁵ Conforme o caput do art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes” (BRASIL, 1988).

reconhecida implica na construção de relações igualitárias, demandando processo de luta por uma cidadania ativa (CARLOTO; COSTA, 2007).

Esta possibilidade de entendimento dos sujeitos mais jovens como alvo específico de ações públicas que, por pressão e mobilização social, “na direção de luta pelo alargamento e acesso aos direitos sociais, ajudando a demarcar uma visão ampliada de democracia” (MALFITANO, 2016, p. 119), fomentaram a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) como o principal marco legal do país no que tange ao reconhecimento do adolescente (e da criança) como cidadão, sujeito de direitos, independentemente de sua condição social. Foi nessa perspectiva que o ECA se colocou como uma lei para todo e qualquer adolescente (e criança) brasileiro, inaugurando novos paradigmas acerca da cidadania e da garantia de direitos para esses grupos específicos, por meio da diretriz da proteção integral e irrestrita e da prioridade absoluta no que diz respeito a ações, intervenções e investimentos.

De modo geral, essa legislação fomentou a abertura de espaços de legitimidade e reconhecimento desses sujeitos (individuais e coletivos), retirando-os da invisibilidade e/ou da visibilidade negativa imposta pela lógica do desprestígio social que ocupavam até então. Apesar dessa mudança de paradigma de adolescentes (e mais tarde, jovens) como sujeitos perigosos e/ou em risco para sua compreensão como sujeito de direitos (NOVAES, 2012), há desafios e disputas ainda em curso.

Em se considerando que a *proposição* e a *efetivação* desses grupos como sujeito de direitos são questões distintas, dada a complexidade desses processos, entende-se que uma mudança efetiva de concepção sobre essas populações é algo apenas iniciado, carecendo para além de um discurso qualificado, uma projeção prática para a vida dos sujeitos (SILVA, 2020), de modo que o seu reconhecimento como sujeitos de direitos possa ser efetivado pela construção de políticas públicas adequadas às demandas e às atuais condições juvenis (NOVAES, 2013, s/p).

Como bem posto por Arroyo (2015) ainda hoje nos confrontamos com um contexto de desigualdades e exclusões que nos distanciam de uma cultura de direitos (ARROYO, 2015). Em face disso, as disputas e a luta política por acesso a esses direitos, algo inerente e constituinte da cidadania (DAGNINO, 1994) não se inaugura no período pandêmico nem a ele se restringe. É preciso revelar e romper hierarquias (temáticas e identitárias) persistentes (NOVAES, 2011) e conduzir a adolescência e as juventudes na centralidade das prioridades do Estado e de outras instâncias da sociedade.

Para isso, há que se reconhecer que, de acordo com Melucci (1997), é sobre os sujeitos jovens que incidem, com maior intensidade, os dilemas contemporâneos da construção histórica da realidade social e essa realidade aponta para um contexto de direitos não reconhecidos e/ou ameaçados que têm se mostrado como condição/realidade permanente para os adolescentes e jovens, independentemente do estado de anormalidade e crise que mundialmente se atravessa em virtude da pandemia por CoVid-19.

Logo, não se desconsidera que a pandemia tenha criado ou agravado situações de vulnerabilidade, mas, destaca-se que ela foi/é responsável por evidenciar a desigualdade social preexistente no Brasil e como os efeitos de um momento de exceção podem ser ainda mais devastadores para as camadas populares, deixando evidentes uma série de lacunas na política de garantias de direitos desses públicos.

Para além da saúde: o preceito da proteção integral

Se ainda não conseguimos dimensionar todos os efeitos decorrentes da crise sanitária deflagrada pela pandemia por CoVid-19, a crise política que hoje se vive no Brasil desvela uma ameaça aos deveres estatais de proteção do cidadão.

Entre as tantas incertezas que nos cercam no atual contexto, uma coisa é certa: a pandemia está afetando e vai afetar, de diferentes formas, e em diversas intensidades, a efetivação dos direitos de distintos públicos, dentre os quais se destaca adolescentes e jovens. Esta certeza adquire ainda mais nitidez quando se coloca na equação as diferenças existentes entre as classes sociais e outros marcadores sociais da diferença⁶ desses sujeitos e suas famílias.

Não há como desconsiderar as diferentes realidades sociais e materiais frente as ações propostas para o enfrentamento da pandemia. É categórico, por exemplo, considerar que muitas famílias vivenciam precariedade de condições de habitação e moradia, o que inclui a coabitação de muitas pessoas em espaços reduzidos e locais improvisados, falta de saneamento básico, entre outras tantas questões, as quais se colocam na contramão do combate ao vírus (BARBOSA; NEIS, 2020). Com isto, mesmo as orientações que

⁶ Para aprofundamento da discussão ver: FELTRAN, G.S. A categoria como intervalo – a diferença entre essência e desconstrução. *Cadernos Pagu*, Campinas, n° 51, 2017.

parecem simples, e aparentemente acessíveis como lavar as mãos com água e sabão, ou, mesmo a prática do distanciamento social, constituem-se em um grande desafio para uma parcela importante da população brasileira, e explicitam uma série de outras desigualdades socioespaciais estruturais (PIRES, 2020).

Portanto, tomando a desigualdade social como fator determinante na circulação do vírus e no agravamento das condições de vida, não há como atribuir sua resolutividade somente ao escopo da saúde (BARDI et al., 2020). Embora em situações emergenciais, como a que estamos vivendo, a tendência seja nos concentrarmos mais nas demandas relacionadas à dimensão biológica do fenômeno, deixando em segundo plano a importância da dimensão social, é central que se retome a perspectiva da proteção integral⁷ como elemento norteador do debate. Ou seja, apesar da preocupação redobrada com o “direito à vida” e o “direito à saúde”, é preciso ampliar o foco da necessidade urgente e buscar traçar estratégias para equacionar inúmeros desafios à efetivação dos direitos dos adolescentes e jovens.

Sem querer problematizar ou relativizar a importância de ações voltadas à segurança em saúde no presente momento, o que se pauta aqui é a necessidade de enfoque em outras dimensões da vida e o acesso a outros direitos igualmente relevantes para sua manutenção, seguindo o preceito da proteção integral tanto no que diz respeito à proposição de ações estatais específicas (como acesso a benefícios do âmbito da assistência social, por exemplo), quanto no que diz respeito à projeção prática (ou de práticas) para com os adolescentes e jovens, para além de um discurso qualificado. É essencial que, cotidianamente, se construa mecanismos e instrumentais para efetiva implementação do que jurídico- legalmente posto. Assim, defende-se a importância de tecer reflexões acerca de atuações profissionais e das dinâmicas e processos de trabalho que considerem as necessidades urgentes e imediatas de pessoas, grupos ou comunidades específicas, mas que também articulem e busquem estratégias para o enfrentamento das

⁷ A doutrina jurídica da Proteção Integral é trazida no artigo 227 da Constituição Federal, onde se declara ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No Estatuto da Criança e do Adolescente aparece esta doutrina reafirmada sob três princípios: o reconhecimento da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, de sujeito de direitos e absoluta prioridade como um compromisso público e jurídico (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990).

situações de ameaça e violação de direitos (PRADO et al., 2020) de modo mais amplo e irrestrito.

Diante disso, no debate acerca da (co)responsabilização técnica (que também tem dimensões ética e política) pela efetivação dos direitos dos adolescentes e jovens, cabe o incentivo à reflexão crítica acerca da função social dos trabalhadores que tomam esses grupos sociais como público-alvo de suas intervenções (PRADO et al., 2020; BARDI, 2020; BARREIRO, 2020). Afinal, mais que expectadores, os trabalhadores se fazem agentes envolvidos neste contexto, diante do qual se faz imperativo pensar e articular as dimensões macro e microssocial dos processos em curso.

Há que se considerar, por exemplo, que, em casa, em situação de isolamento, aumentam os riscos de maus-tratos, abusos e violências de diversas ordens, sem que se possa contar com o apoio de equipamentos que, como as escolas, operam para além de suas atribuições específicas, fazendo-se suporte na/para identificação de situações de ameaça ou violação de direitos, bem como no encaminhamento para cuidados e providências necessárias.

Frente a isso, propõe-se que, as categorias profissionais façam a necessária reflexão e se posicionem quanto a “seus papéis no lidar com a CoVID-19, reafirmando e mesmo recolocando a potência de suas contribuições diante da complexidade das exigências postas pelo momento que vivemos” (MALFITANO et al., 2020, p. 401), especialmente diante das situações de desigualdade e vulnerabilidade como vimos destacando.

Diante das diversas possibilidades e especificidades de cada campo e núcleo de conhecimento, ainda que em um âmbito mais microssocial, espera-se que essas questões e debates possam balizar reflexões e fazeres para, além da defesa e da ação pelo valor inegociável de cada vida, produzir experimentações emancipatórias (PAN et al., 2021), integrando as ações de iniciativa do poder público e da sociedade, em uma rede de atenção e cuidado que inclua os diversos setores, em uma intervenção articulada, dada a complexidade do que se assume enquanto trabalho/ação técnica profissional, seja no enfrentamento dos “efeitos” da pandemia causada pelo SARS-Cov-2, seja no que a antecedeu ou se desdobrará dela e/ou após ela.

Portanto, na “dimensão do reconhecimento do direito, do bem público, publicizando conflitos e criando arenas para seu encaminhamento” (LOPES; SILVA, 2009, p. 93), evidencia-se o papel dos profissionais também na colocação de demandas e projetos para a sociedade, no fortalecimento, reconhecimento e efetivação de grupos e seus direitos

particulares, lançando luz para a pandemia enquanto um fenômeno complexo e multifacetado; na compreensão que, se a discussão for deslocada de fatores mais amplos como, por exemplo, os sociais e econômicos, para questões mais individuais, descontextualizadas histórica e culturalmente, pode-se replicar a velha lógica da responsabilização e culpabilização das pessoas, isentando o poder público e/ou legitimando focalismos em setores e/ou grupos em detrimento da oferta universal de serviços.

Que as reflexões trazidas nos próximos capítulos possam nos ajudar a salvaguardar de incongruências sociais como a que pudemos perceber quando da segunda onda da pandemia, no ano de 2021, momento em que ficou patente a toda sociedade a facilidade e velocidade com que adolescentes e jovens foram culpabilizados pelas altas taxas de contágio, associadas à promoção de festas e aglomerações por parte desses públicos. Resta claro que a invisibilidade para esses grupos sociais é bastante parcial, estando fortemente ligada à negação da efetivação de seus direitos, afinal, a visibilidade negativa, que toma o adolescente e o jovem como problema social ainda é algo largamente praticado (SILVA, 2020).

Em termos de produção de ação técnica, fica o desafio de superar leituras redutoras e moralizantes desses grupos, destacadas do contexto sócio-histórico-cultural, e que se constituem em abordagens bastante parciais e até preconceituosas. Em lugar disso, que se fomente diálogos interdisciplinares, articuladores de leituras que dimensionam as adolescências e juventudes para além dos aspectos biológicos, fisiológicos e psicológicos. Não se trata, com isso, de negar os aspectos epidemiológicos ou clínicos, antes, propõe-se a busca por relativizar essas abordagens, fomentando sua ampliação para as dimensões macrossociais que, com ela, a todo o momento, intercambiam valores e práticas.

Como apontado por Malfitano e Adorno (2006), é no balanço entre uma abordagem singular das necessidades e demandas individuais e a promoção dos direitos coletivos desta população que se devem parametrizar as construções de saberes e práticas para com a adolescência e as juventudes. Que este desafio sirva de norte para que os profissionais atuem, de fato, como articuladores sociais, advogando pela promoção do direito e fortalecendo o debate pela esfera pública e coletiva, fomentando sua materialização, para que não seja “letra morta”, nem colocada em questão toda a vez que uma nova situação-limite atinja a sociedade como, neste momento, foi/é a pandemia.

Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. (Número especial - Juventude e contemporaneidade), 5(6), p.73-90. 1997.

ABRAMO, H. W. O Uso das Noções de Adolescência e Juventude no Contexto Brasileiro. In: FREITAS, M. V. (Org.). **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: [s.n], 2005. p. 19-35. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/472_1175_cadernoJuv.pdf. Acesso em 20 out. 2021.

BARBOSA, O. L.; NEIS, A. C. Habitação em meio à pandemia: Um debate necessário. **RevistadoPetEconomiaUfes**. Vol.1. Julho, 2020. p.20-22. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31722>. Acesso em 03 jun. 2021.

BARREIRO, R. G., BORBA, P. L. O., MALFITANO, A. P. S. Revisitando o materialismo histórico em terapia ocupacional: o papel técnico, ético e político na contemporaneidade. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. 2021. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2549>. Acesso em 03 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição** [da] República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 20 out. 2021.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Institui o **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Senado Federal. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 20 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979: institui o Código de Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em 20 out. 2021.

CARLOTO, C. M.; COSTA, I. S. D. Cidadania e Mulheres em uma perspectiva feminista. **Serviço Social em Revista**, v. 9, p. 1/1-15, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v9n2_cassia.htm. Acesso em 20 out. 2021.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. “Perder-se também é caminho”: a dimensão espacial da juventude. **Libertas On-line**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2011.

COSTA, A. C. G. Temos que defender os jovens. Fala Mestre, Jun., 2000. Disponível em: http://novaescola.abril.com.br/ed/133_jun00/html/entrevista.htm>. Acesso em 20 out. 2021.

DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, v.16, n.34, p. 49-70, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832010000200003. Acesso em 20 out. 2021.

FREITAS, M. V. de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa. (e-book). 2005. Disponível em: <http://www.bibliotecaacaoeducativa.org.br/dspace/bitstream/123456789/2344/1/caderno_Juv.pdf>. Acesso em: maio 2013.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. **Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período de 2010-2060**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2018/projecoes_2018_populacao_2010_2060_20200406.xls. Acesso em 20 out. 2021.

KRAUSKOPF, D. Comprensión de la juventud: el ocaso del concepto de moratória psicosocial. Jóvenes. **Revista de Estudios sobre Juventud**, México, DF, v. 8, n. 21, p. 26-39, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://catedra-laicidad.unam.mx/sites/default/files/248.pdf>. Acesso em 20 out. 2021.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.2, p 87-106, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100>. Acesso em 03 jun. 2021.

MALFITANO, A. P. S. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. **Terapia Ocupacional Social**: desenhos teóricos e contornos práticos. São Carlos: EdUFSCar, 2016.p. 117-134.

MALFITANO, A. P. S.; ADORNO, R. C. F. Infância, juventude e vivências nas ruas: entre o imaginário da instituição e do direito. **Imaginario**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 15-33, jun. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 jun. 2021.

NASCIMENTO, M. L.; CUNHA, F. L.; VICENTE, L. M. D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 03 jun. 2021.

NOVAES, R. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes). In: PAPA, F. C.; FREITAS, M. V. (Orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis 2011. p. 343 – 366.

NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32(1): 184-208, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v32n1/a09v32n1.pdf>. Acesso em 20 out. 2021.

NOVAES, R. **Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias**. Rio de Janeiro, 2013.

PERES, F.; ROSENBERG, C. P. Desvelando a concepção de adolescência/adolescente presente no discurso da Saúde Pública. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 7, n. 1, July 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

12901998000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03 jun. 2021.

PIMENTA, C. A. M. Juventude, violência e políticas públicas. REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, v.7, n.75, ago.2007.

PIRES, R. R. C. Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** [Internet] 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200408_nota_tecnica_diest.pdf. Acesso em 03 jun. 2021.

QUAPPER, C. D. Sociedades adultocêntricas: sobre sus orígenes y reproducción. **Última Década**, Santiago, v. 20, n. 36, p. 99-125, jul. 2012. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362012000100005. Acesso em 20 out. 2021.

SILVA, M. J. **Terapia ocupacional social, juventudes e espaço público**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 234f, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12216/TESE%20Marina%20Jorge%20\(Versao%20final_dep%C3%B3sito\).pdf?sequence=1](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12216/TESE%20Marina%20Jorge%20(Versao%20final_dep%C3%B3sito).pdf?sequence=1). Acesso em 14 de agosto de 2021.

SEÇÃO I – ESTRATÉGIAS NO ACOMPANHAMENTO REMOTO



PANDEMIA DO COVID-19 E NOVAS METODOLOGIAS DE TRABALHO NA SEMILIBERDADE DE CASCAVEL

COVID-19 PANDEMY AND NEW WORK METHODOLOGIES IN SEMI-FREEDOM OF CASCAVEL

Ana Maria Campos Machado
Juliana Biazze Feitosa

RESUMO

Tem-se como objetivo nesse relato de experiência discutir o quanto a pandemia do Covid-19 possibilitou a construção de novas metodologias de trabalho na semiliberdade, considerando que o acompanhamento psicossocial continuou e os adolescentes, em geral, passaram a residir com seus familiares; aproximando nossa prática da medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Frente a este cenário, potencializou-se o uso de ferramentas tecnológicas, as visitas técnicas domiciliares e o trabalho com a rede de proteção. A rotina institucional alterou-se, sendo assegurado o atendimento psicossocial presencial, acompanhamento escolar, profissionalização, atendimentos de saúde e encaminhamentos para o mercado de trabalho. Desafios e possibilidades acompanharam este processo. Os adolescentes que cumpriam a semiliberdade por um período maior antes de passarem a cumprir a referida medida integralmente no seio familiar, devido à pandemia, não apresentaram dificuldades significativas para dar continuidade ao PIA. O mesmo não aconteceu com os que estavam no início do cumprimento da medida e/ou foram inseridos posteriormente na modalidade remota, mostrando-nos a importância do fortalecimento dos vínculos e de seguir todas as fases do atendimento socioeducativo. Quanto as possibilidades, o trabalho e a relação de confiança com os adolescentes e famílias se ampliaram, quando já estabelecido o vínculo; ressaltando a importância de se recorrer a institucionalização como último recurso.

Palavras-chave: SARS-CoV-2. Medidas socioeducativas. Método.

ABSTRACT

The objective of this experience report is to discuss how the Covid-19 pandemic enabled the construction of new work methodologies in semi-freedom, considering that psychosocial monitoring has continued and adolescents, in general, started to live with their families; bringing our practice closer to the socio-educational measure of Assisted Freedom. Faced with this scenario, the use of technological tools, technical home visits and work with the safety net were enhanced. The institutional routine has changed, with face-to-face psychosocial care, school monitoring, professional training, health care and referrals to the labor market. Challenges and possibilities followed this process. Adolescents who met semi-freedom for a longer period before starting to comply with that measure entirely within the family, due to the pandemic, did not present significant difficulties to continue the PIA. The same did not happen with those who were at the beginning of the fulfillment of the measure and / or were later inserted in the remote mode, showing us the importance of strengthening the bonds and of following all phases of socio-educational assistance. As for the possibilities, work and the relationship of trust with adolescents and families have

expanded, when the bond has already been established; highlighting the importance of resorting to institutionalization as a last resort.

Key words: SARS-CoV-2. Educational measures. Method.

Introdução

No presente capítulo, apresentamos um relato de experiência do Programa de Semiliberdade de Cascavel -PR, no período da pandemia do Covid-19, com o objetivo de discutir o quanto a referida pandemia possibilitou a construção de novas metodologias de trabalho, considerando que o acompanhamento psicossocial continuou e os adolescentes, em geral, passaram a residir com seus familiares.

A proposta político-pedagógica do Programa de Semiliberdade do Estado do Paraná está alicerçada na Pedagogia Histórico - Crítica. Esta pedagogia preocupa-se com os problemas educacionais decorrentes da exploração do homem pelo homem, entende que a natureza da educação é um trabalho não-material (produtor de ideias, conceitos, valores, símbolos, princípios, conceitos, etc.) e que sua especificidade se refere a assegurar a cada indivíduo aquilo que a humanidade já se apropriou histórica e coletivamente.

A educação é entendida como um elemento inserido nas relações sociais. Professores e alunos são considerados agentes sociais, chamados a desenvolver uma prática social, centrada não na iniciativa do professor (pedagogia tradicional) ou na atividade do aluno (pedagogia nova), mas no encontro de seus diferentes níveis de compreensão da realidade por meio da prática social comum a ambos (BATISTA; LIMA, 2012, p. 7).

Conforme Makarenko (2005), a educação é um processo social de tomada de consciência de si próprio e do meio em que vivemos, deve estar comprometida com os ideais da coletividade e do trabalho educativo, instrumentos para a promoção da educação. Esclarecemos que trabalho educativo é qualquer atividade que instrumentaliza o educando para a investigação do mundo e que o estimule a desenvolver potencialidades, de modo que se transforme em fonte de iniciativa e liberdade e se torne comprometido consigo mesmo e com o coletivo. Neste sentido, os programas de semiliberdade devem munir-se de atividades educativas que apontem no sentido da emancipação humana.

A Resolução do Conanda 119 de 2006 também é um importante documento para parametrizar a execução da medida socioeducativa de semiliberdade, considerando que torna mais claro seus objetivos e metodologias de trabalho, diferenciando-a das demais medidas socioeducativas. A medida de semiliberdade envolve o estabelecimento de relações de confiança e a garantia de direitos humanos, como princípio e condição

indispensável a uma convivência coletiva, ética e democrática. Sua principal característica é a intensificação de atividades externas à unidade, sem a necessidade de autorização judicial, em uma estrutura física mais humanizada e adequada para o trabalho educativo.

A estruturação do programa de semiliberdade se dá a partir de fases do atendimento. Entende-se por fases de atendimento as etapas pelo qual o adolescente deve passar dentro do processo socioeducativo, que se inicia no primeiro dia do cumprimento da semiliberdade. A seguir, descrevemos resumidamente cada fase, pautando-se nas diretrizes estabelecidas na publicação intitulada *Cadernos de Socioeducação: Semiliberdade*, elaborado pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (PARANÁ. SEJU, 2018). Destacamos que realizar essa tarefa é fundamental para compreender o porquê a pandemia do Covid -19 exigiu-nos construir novas metodologias de trabalho.

A fase de atendimento inicial é a recepção, acolhida e integração, na qual o adolescente é familiarizado com o espaço socioeducativo, começa a entender a medida recebida e é orientado quanto a rotina pedagógica, que consiste em todas as atividades executadas, interna e externamente, desde o despertar até o recolhimento ao final do dia na Casa de Semiliberdade. A segunda fase do atendimento socioeducativo intitula-se como realização de estudo de caso. Nesta fase, a equipe multidisciplinar se reúne para compreender a realidade sociofamiliar do adolescente, avaliar o desenvolvimento do processo socioeducativo e traçar as intervenções a serem realizadas junto ao adolescente, família e comunidade, sendo de fundamental importância para a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA). Os estudos de caso frequentemente são realizados para elaboração do PIA, relatórios técnicos, preparação do desligamento e semanalmente, nas reuniões de avaliação organizadas pela equipe multidisciplinar, com vistas a organizar a execução do PIA e as visitas do adolescente no contexto familiar e comunitário, nos finais de semana e períodos de férias escolares.

A elaboração e desenvolvimento do PIA constitui-se como a terceira fase. O PIA configura-se como uma ferramenta pedagógica que direciona todo o trabalho socioeducativo. Na ocasião de sua produção, o adolescente apresenta seus novos projetos de vida que o desvincularão da prática do ato infracional e conjuntamente com sua família e equipe de referência da semiliberdade firmam compromissos, a fim de alcançar este propósito e analisam que mudanças e acessos aos direitos sociais serão necessários para tanto. Este novo projeto de vida é materializado em um documento, que necessita ser homologado pelo Sistema de Justiça. O PIA prevê a realização de atividades internas e externas, sendo que na semiliberdade os adolescentes acessam a escolarização,

profissionalização, assistência médica, atividades culturais, esportivas, de lazer e religiosas frequentemente na comunidade. Neste sentido, o diálogo com a rede de proteção é intenso do início ao fim da medida.

No que tange especificamente à convivência familiar e comunitária, os adolescentes que residem no município sede da Casa de semiliberdade realizam visita à família em sua residência aos finais de semana, após a avaliação semanal da equipe multidisciplinar. Para os que residem em outros municípios, o Estado custeia duas passagens ao mês para que possam se deslocar até a sua residência. Quando as atividades previstas no PIA e as visitas à família e comunidade estão em curso, configuramos a ocorrência da quarta fase, denominada de inserção familiar e social.

A preparação para o desligamento inicia desde a recepção, haja vista o foco ser o retorno do adolescente à comunidade desde a sua chegada, a partir das inserções sociais durante o decorrer do processo socioeducativo. No momento em que o adolescente demonstra autonomia na execução de seu PIA e posterior aos encaminhamentos realizados preparando seu desligamento, seu desligamento é sugerido no relatório técnico, submetido à apreciação do Sistema de Justiça. Após o desligamento determinado judicialmente o adolescente é acompanhado tanto pela equipe da semiliberdade quanto do município.

Ocorre que com a pandemia do Covid-19, a rotina institucional e a estruturação das fases de atendimento precisaram ser reorganizadas e repensadas, considerando as restrições, a nova forma de convivência imposta pela pandemia e o fato de potencializar as expressões da questão social⁸, produzindo uma vulnerabilidade social ainda maior nas famílias atendidas pelo programa de semiliberdade, exigindo-nos um trabalho mais intenso com a rede de proteção.

A vulnerabilidade social se constitui como construção social, enquanto produto das transformações societárias, assumindo diferentes formas de acordo com os condicionantes históricos. Essas transformações acabam por desencadear fundamentais mudanças na esfera da vida privada, acentuando fragilidades e contradições (MONTEIRO, 2011, p. 34).

Vale ressaltar que a pandemia do Covid-19 impactou diretamente a condição de subsistência das famílias atendidas pelo nosso programa de semiliberdade, uma vez que

⁸Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a questão social pode ser definida como: “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

grande parte delas trabalhava informalmente, apresentou dificuldades para manter uma alimentação nutricional de qualidade e seguir as recomendações do Ministério da Saúde para prevenir a contaminação, devido as características das moradias, o acesso limitado aos produtos de higiene e aos serviços de saúde, dentre outros. O cenário descrito nos exigiu repensar e propor uma metodologia de trabalho que pudesse assegurar a execução da semiliberdade de forma qualificada frente a situações adversas e imprevisíveis, conforme detalhamos na seção a seguir.

Repensando as práticas da Semiliberdade de Cascavel

Em decorrência da pandemia do Covid-19 e mediante a paralização de todos os serviços, nossa unidade socioeducativa, em 16 de março de 2020, encaminhou os adolescentes que se encontravam cumprindo a semiliberdade para junto de seus familiares em suas residências, seguindo as orientações do Departamento de Atendimento Socioeducativo - DEASE/SEJUF e com conhecimento do Sistema de Justiça local. Naquela ocasião estávamos com adolescentes em diferentes fases de atendimento e todos possuíam vínculos familiares preservados. Foi preciso repensar e reorganizar o fazer profissional da equipe a partir da conjuntura posta. Os agentes de segurança socioeducativo, em grande parte do período pandêmico, passaram a cumprir a escala de trabalho na unidade de internação socioeducativa, ficando a execução da semiliberdade sob responsabilidade da direção e equipe técnica, composta por uma assistente social e uma psicóloga.

Nas primeiras semanas as intervenções técnicas foram realizadas por meio de contatos telefônicos com as famílias e com a rede de serviços, com o intuito de identificar com quais serviços poderíamos trabalhar coletivamente, uma vez que atendíamos na unidade adolescentes de outros municípios. O foco da intervenção estava centrado na família, sendo repassado as orientações do Ministério da Saúde sobre as estratégias de prevenção ao Covid-19, acesso aos serviços públicos e atendido as demandas em decorrência do processo de isolamento social, além das dúvidas e incertezas que permeava aquele período inicial. Para tanto, criamos um grupo de WhatsApp com as famílias, sendo uma prática quase que diária o diálogo com o adolescente ou familiar. Ademais, o contato com a rede socioassistencial foi constante, considerando o agravamento da vulnerabilidade social em razão da falta de acesso as necessidades básicas e aos serviços.

Passado o primeiro momento de reorganização das famílias e sem previsão de

retorno dos adolescentes à unidade, foi dada sequência aos encaminhamentos remotamente, somado a intensificação de visitas domiciliares aos educandos com intervenções no grupo familiar e estudos de caso com a participação do adolescente e família. Realizar o acompanhamento do adolescente e família no contexto comunitário foi fundamental para que conseguíssemos executar a medida socioeducativa sem maiores prejuízos. A partir do mês de abril de 2020, realizamos atendimentos psicossociais aos adolescentes na sede da Casa de Semiliberdade, sendo o atendimento psicológico realizado semanalmente. A condução dos adolescentes para as atividades na Casa de Semiliberdade e demais serviços ficaram a cargo principalmente dos agentes de segurança socioeducativo, que se deslocavam à Casa de semiliberdade para tanto, sempre que necessário.

As fases de estudo de caso e elaboração do PIA foram mantidas, na medida em que os estudos de caso aconteceram na modalidade online entre a equipe multiprofissional da semiliberdade e com a rede de atendimento, sendo alguns inclusive realizados na modalidade presencial, principalmente frente ao caso que acompanhávamos conjuntamente com a unidade de acolhimento institucional. Sem perder de vista o objetivo da medida e os traçados no PIA, demos prosseguimento à confecção de documentação, encaminhamentos para consulta na Unidade Básica de Saúde e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-AD), atualização de calendário vacinal, inclusão em cursos profissionalizantes - na modalidade de educação à distância, encaminhamento para o mercado de trabalho e escolarização.

Para não prejudicar o desempenho escolar, as matrículas da maioria dos adolescentes foram mantidas no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) de referência da Semiliberdade de Cascavel. Destacamos que essa decisão foi tomada coletivamente pela equipe técnica da semiliberdade e direção, equipe pedagógica e administrativa da escola, que estabeleceram um fluxo para que essa decisão fosse operacionalizada. O acompanhamento escolar se manteve, sendo a equipe da semiliberdade o elo entre escola/aluno, considerando que as técnicas faziam toda a mediação para que as atividades escolares chegassem até ao adolescente e vice-versa. As atividades eram enviadas pelo CEEBJA à nossa equipe, que as levavam para os adolescentes ou repassavam para o CRAS ou CREAS, quando o adolescente não residia em Cascavel. Também auxiliávamos na resolução das atividades quando existiam dúvidas e se a dificuldade persistia, marcávamos um horário para o adolescente que residia em Cascavel realizá-las sob nossa supervisão. Destacamos que todos os adolescentes

conseguiram concluir o ano letivo de 2020, evidenciando a importância desse acompanhamento e da estratégia de continuidade da escolarização planejada.

Outrossim, para realização dos cursos profissionalizantes online ofertados pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) adotamos o mesmo procedimento de o adolescente se deslocar até a semiliberdade e fazê-lo sob nossa orientação. A utilização da estrutura da Casa de Semiliberdade também foi essencial para continuidade do trabalho técnico e nestas ocasiões eram tomados todos os cuidados sanitários e de distanciamento a fim de prevenir a contaminação pelo vírus do Covid-19. No período pandêmico a estruturação da semiliberdade se aproximou de um programa de liberdade assistida, com a condição facilitadora de acompanhar no máximo sete adolescentes, possibilitando um acompanhamento mais efetivo.

No que tange a inserção no mercado de trabalho, assim como ocorreu com a população de forma geral, a pandemia dificultou esse processo, uma vez que os cursos de qualificação profissional do Sistema S interromperam as aulas, não possibilitando que os adolescentes da semiliberdade concluíssem seus cursos. Apesar do exposto, dos sete adolescentes que cumpriam a semiliberdade na ocasião da pandemia, três deles foram incluídos no mercado de trabalho formal e dois, por iniciativa própria, inseriram-se no mercado de trabalho informal.

Passado mais de um ano de Pandemia a unidade nunca deixou de receber adolescentes, inclusive dois deles permaneceram integralmente na Casa de Semiliberdade, um por não possuir vínculos familiares preservados e o outro por iniciar o cumprimento da semiliberdade em surto psicótico, não tendo condições, na época, de responder a medida na modalidade remota, tendo em vista que seu município não contava com psiquiatra e tinha dificuldades para assegurar a atenção à saúde mental na Unidade Básica de Saúde. Frente a este cenário, os agentes de segurança socioeducativos retomaram as suas escalas de trabalho na semiliberdade.

Nosso esforço consistiu em garantir os direitos sociais aos nossos usuários, bem como ampliar as possibilidades de atendimento, buscando atuar em rede com os demais serviços públicos e privados. Vale destacar que devido às dificuldades dos Governos em gerenciar as crises e vulnerabilidades de toda ordem potencializadas pela pandemia, os profissionais tiveram que se desdobrar para buscar novas possibilidades de acesso aos direitos sociais, antes já fragmentados; evidenciando a importância da organização e

trabalho coletivo.

Considerações finais

Desafios e possibilidades acompanharam a reestruturação da execução da medida de semiliberdade durante a pandemia do Covid-19. A experiência vivida demonstrou que os adolescentes que cumpriram a semiliberdade presencial por um período maior não apresentaram dificuldades significativas para dar continuidade ao PIA, pois as inclusões sociais já tinham sido realizadas, as visitas à família e comunidade estavam em curso e o vínculo entre adolescente, família e equipe era fortalecido. Apesar da pandemia, a preparação do desligamento ocorreu de forma satisfatória e integralmente no meio aberto, sendo fortalecido esse processo, levando em conta os benefícios do cuidado em liberdade e no território.

Com os adolescentes que estavam no início do cumprimento da medida e/ou foram inseridos posteriormente na modalidade remota, o mesmo não aconteceu, mostrando-nos a importância da relação, do fortalecimento dos vínculos e de seguir todas as fases do atendimento socioeducativo. Desse grupo, um adolescente se evadiu e outro reincidiu na prática de ato infracional durante o cumprimento da semiliberdade. Por mais que os adolescentes demonstrassem o desejo de construir um novo projeto de vida, a não preparação gradual para conviver com a família e a comunidade não favoreceu o alcance desse propósito, mesmo com a presença constante de nossa equipe no território.

Por fim, cabe destacar que a pandemia nos permitiu vivenciar o quanto o trabalho no território, em rede e o cuidado em liberdade são frutíferos para o alcance dos objetivos da medida socioeducativa, apontando a importância de se recorrer a institucionalização como último recurso. Foi extremamente rico se aproximar da execução de uma “Liberdade Assistida intensificada”, com atendimentos técnicos mais frequentes nas residências e ocorrendo de forma cooperada com os demais serviços. A parceria e confiança do Sistema de Justiça para com o nosso trabalho foi fundamental para a criação de novas metodologias de trabalho.

Referências

BATISTA, E. L.; LIMA, M. R. A pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica transformadora: da consciência filosófica à prática revolucionária. In MARSIGLIA, A.C.G; BATISTA, E. L. **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação**

transformadora. São Paulo: Autores Associados, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente [Conanda]. **Resolução n.º 119**, de 11 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MAKARENKO, A. **Poema Pedagógico**. São Paulo: Editora 34, 2005.

MONTEIRO S R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas: 29-40, julho-dezembro de 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos [SEJU]. **Cadernos de socioeducação**: semiliberdade. Curitiba, PR: SEJU, 2018.

◉ ABANDONO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS

THE ABANDONMENT OF THE SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE OF SEMILIBERTY IN COVID-19 PANDEMIC TIMES: CHALLENGES

Alessandra Barros Amorim

RESUMO

Diante o contexto pandêmico, os adolescentes/jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Semiliberdade foram liberados para a convivência familiar em prazo estendido, no qual, o acompanhamento técnico passou a ser através de vídeos chamadas e ligações telefônicas, conforme orientações do CNJ. Em relato de experiência na cidade de Belém (PA), foi possível perceber que, *a priori*, obteve-se um bom resultado neste acompanhamento, uma vez que houve aceitação por parte dos adolescentes e familiares, aqueles que se disponibilizaram aos atendimentos remotos. No entanto, em meados do segundo semestre de 2020, quando os adolescentes foram acionados ao retorno à casa de semiliberdade, para continuidade do cumprimento e acompanhamento socioeducativo presencial, muitos destes abandonaram a referida MSE. Desse modo, observou-se neste contexto, que as dificuldades vivenciadas inerentes ao contexto podem ter interferido, uma vez que, quando os adolescentes foram acionadas a retornar para a casa de semiliberdade gerou diversos conflitos internos para os adolescentes/jovens, questionamentos estes, provocados pela própria divergência do objetivo do regime de semiliberdade, de exercitar o ir e vir com autonomia e responsabilidade, exercitar o contato direto com o meio social, através de atividades externas. Além disso, a restrição das atividades sociopedagógicas, onde a maioria delas passaram a ser executadas internas e de modo online, colocou os servidores frente a muitos desafios, no qual tiveram que se reinventar, com propostas de atividades internas, a fim de garantir ao adolescente em cumprimento de semiliberdade à convivência num ambiente educativo, de forma que este possa cumprir a MSE imposta com êxito.

Palavras-chave: semiliberdade; restrições; pandemia; abandono; desafios.

ABSTRACT

In view of the pandemic context, adolescents/young people in compliance with the Social-Educational Measure (MSE) of Semi-Freedom were released for family living for an extended period, in which the technical follow-up was made through video calls and phone calls, according to CNJ guidelines. In an experience report in the city of Belém (PA), it was possible to notice that, *a priori*, there was a good result in this monitoring, since there was acceptance by adolescents and family members, those who made themselves available for remote care. However, in the middle of the second half of 2020, when the teenagers were asked to return to the semi-liberty house, in order to

continue compliance and face-to-face socio-educational monitoring, many of them abandoned the aforementioned MSE. Thus, it was observed in this context, that the difficulties experienced inherent to the context may have interfered, since, when young were asked to return to the semi-freedom house, it generated several internal conflicts for young people. by the very divergence from the objective of the semi-freedom regime, to exercise the coming and going with autonomy and responsibility, exercising direct contact with the social environment, through external activities. In addition, the restriction of socio-pedagogical activities, where most of them started to be performed internally and online, placed the servers in front of many challenges, in which we had to reinvent themselves, with proposals for internal activities, in order to guarantee the teenager in fulfillment of semi-freedom to coexist in an educational environment, so that it can successfully comply with the imposed MSE.

Keywords: semi-freedom; restrictions; pandemic; abandonment; challenges.

Introdução

Diante do contexto da pandemia viral da Covid-19, manifesta no Brasil no início do ano de 2020, o país passou por diversas mudanças, como o distanciamento social e novos modos de funcionamento em diversos âmbitos. Não obstante, a adoção de medidas de prevenção se fez necessário no Sistema Socioeducativo.

Neste sentido, os adolescentes e jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Semiliberdade, em meados do mês de março de 2020, foram liberados para a convivência familiar em prazo estendido, no qual, o acompanhamento técnico passou a ser de modo remoto, conforme orientações e recomendações do CNJ – Conselho Nacional de Justiça e o Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para a redução de contágio da Covid-19.

Em relato de experiência na cidade de Belém (PA), na casa de semiliberdade masculina II, será aqui descrito, em linhas gerais, as dificuldades e facilidades vivenciadas durante este período, em que pese, a peculiaridade do contexto provocado pela pandemia, no qual, a equipe multidisciplinar da casa de semiliberdade buscou se adaptar à nova realidade para dar continuidade no acompanhamento socioeducativo.

Sabe-se que, com a suspensão das atividades externas e paralização de alguns serviços da rede, o trabalho na casa de semiliberdade tornou-se um desafio. Além da possibilidade de contaminação do vírus, o quantitativo de mortes no país estava em escala crescente, onde medidas mais restritivas foram adotadas, como o *Lockdown*⁹. Durante o

⁹*Lockdown* é uma palavra de origem inglesa e significa: isolamento ou restrição de acesso imposto como uma medida de segurança, podendo se referir a qualquer bloqueio ou fechamento total de alguma coisa, especialmente um lugar.

período de acompanhamento técnico remoto, obteve-se bons resultados no que diz respeito a permanência dos adolescentes em ambiente familiar. Entre tanto, destaca-se que tanto no início da pandemia, quanto no retorno para o cumprimento da MSE em caráter presencial, nos deparamos com uma resistência dos adolescentes e dificuldades para darem continuidade no cumprimento da medida de semiliberdade, gerando um aumento nos abandonos da referida MSE.

Apesar das adversidades vivenciadas durante a pandemia, vale ressaltar, que os servidores frente aos desafios do contexto, encontraram alternativas para dar continuidade em seu fazer, onde tiveram que se reinventar no âmbito socioeducativo, com propostas de atividades internas e programações diferenciadas em prol do desenvolvimento do adolescente, de forma que o socioeducando possa ressignificar sua vida e cumprir a MSE com êxito.

Relato de experiência da Medida Socioeducativa de Semiliberdade em tempos de pandemia

De acordo com a resolução do Conanda nº 47, de 6 de dezembro de 1996, que regulamenta a execução da medida socioeducativa de semiliberdade, a que se refere o art. 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90, sobre a medida de semiliberdade postula que:

Art. 1º O regime de semiliberdade, como medida socioeducativa autônoma (art. 120 caput, início), deve ser executado de forma a ocupar o adolescente em atividades educativas, de profissionalização e de lazer, durante o período diurno, sob rigoroso acompanhamento e controle de equipe multidisciplinar especializada, e encaminhado ao convívio familiar no período noturno, sempre que possível.

Art. 2º A convivência familiar e comunitária do adolescente sob o regime de semiliberdade deverá ser, igualmente, supervisionada pela mesma equipe multidisciplinar (CONANDA, 1996).

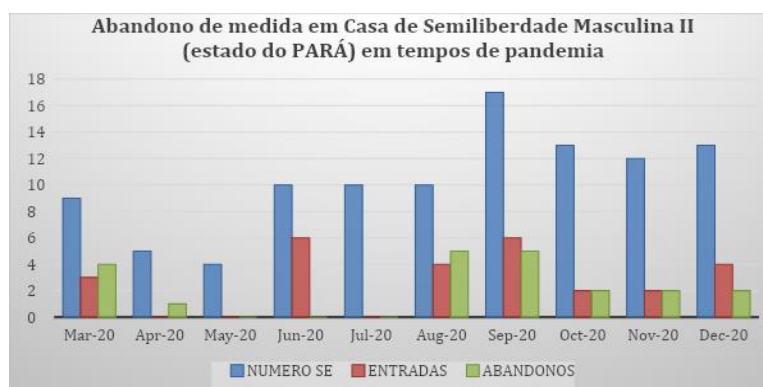
Tendo em vista as medidas de prevenção adotadas durante a pandemia da Covid-19, os socioeducandos em cumprimento de Medida Socioeducativa de Semiliberdade foram liberados para a convivência familiar em prazo estendido, os quais passaram a ser acompanhados de modo remoto pela equipe multidisciplinar, através de ligações telefônicas, vídeo chamadas e visitas domiciliares quando necessário, seguindo todos os critérios de prevenção e cuidados de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS.

Em conformidade as orientações do Conselho Nacional de Justiça – Recomendação nº62 de 17/03/2020, que recomendou aos Tribunais e Magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus/Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo – o Juizado da Infância e Juventude da capital do Pará, determinou a liberação dos adolescentes em cumprimento de semiliberdade para suas residências, por prazo estendido, em virtude do cenário pandêmico.

Durante o acompanhamento técnico remoto, os adolescentes inicialmente permaneceram em ambiente familiar, em virtude da medida de *lockdown* e demais restrições, no qual percebemos que, a maioria, correspondeu tanto as orientações quanto ao distanciamento social e permanência em casa, no período de março até meados de agosto de 2020, momento em que observamos que obtivemos bons resultados e facilidades durante o andamento do acompanhamento. No entanto, quando fora determinado o retorno para o cumprimento presencial da medida de semiliberdade, registrou-se um número significativo de evasões.

Na ocasião do retorno à Unidade, alguns adolescentes não retornaram na data estipulada, assim como, alguns chegaram a se apresentar, comparecendo para atendimento presencial, contudo, não permaneceram para o cumprimento da MSE, abandonando a mesma. Vale informar, que alguns destes, passaram cerca de quatro meses em ambiente familiar e comunitário, verbalizando em atendimento técnico, que não conseguiriam permanecer na casa de semiliberdade, sem maiores explicações. Outros, chegaram a questionar que já estavam em suas residências, então, não retornariam para a restrição de sua liberdade.

Neste sentido, observamos que o cenário pandêmico contribuiu para o aumento dos abandonos da medida de semiliberdade, tanto no início, em meados do mês de março de 2020, quanto no retorno para a unidade socioeducativa no mês de agosto no mesmo ano. Conforme demonstrado no gráfico:



Cabe inferir, que o aumento dos índices de evasões provavelmente esteja relacionado a peculiaridade do contexto da pandemia, no qual houve a suspensão de muitos serviços e de várias atividades presenciais, ainda que se tenha mantido o acompanhamento de modo remoto, tornou-se um desafio manter os adolescentes no cumprimento da medida de forma presencial. Os socioeducandos principalmente questionaram a permanência no espaço socioeducativo, assim como, alguns não compreendiam que era necessário o cumprimento da medida imposta, a qual, na ocasião, não poderia ser cumprida somente no modo remoto.

Para alcançar os objetivos da medida, destaca-se que as atividades foram organizadas para que fossem atrativas, bem como, para que houvesse o engajamento dos jovens e pudessem dar continuidade no processo socioeducativo. Como afirma Cunha et al (2010), na semiliberdade, os acontecimentos diários devem ser educativos e deve incluir o estabelecimento de laços afetivos e programação planejada.

Vale pontuar que, apesar das dificuldades e aumento de abandonos da MSE, não se perdeu de vista, que a socioeducação está alicerçada no pressuposto da formação integral do ser humano, contemplando todas as dimensões do adolescente em conflito com a lei. Onde a educação aqui, vai para além da formação escolar e profissional, estando correlacionada a uma nova forma de pensar e agir para com o adolescente em restrição de liberdade.

Segundo Costa (2004 apud MIRANDA & LOPES, 2021), trata-se de um movimento emancipador do sujeito que, articulado com um projeto de socioeducação, deve estar estruturado com a educação geral e profissional. No qual, para que haja êxito neste fazer, as ações educativas devem exercer uma influência edificante sobre a vida do adolescente/jovem, a fim de proporcionar condições para que possa cumprir as regras da vida em sociedade.

Enfrentando os Desafios

Destaca-se que, a rotina de uma Unidade de Semiliberdade consiste em normas e regras preestabelecidas as quais os adolescentes demonstram certa dificuldade para cumprir, além disso, a maioria dos jovens não estão habituados a seguir normas (CUNHA et al, 2010). Desse modo, observou-se que o período em que passaram em liberdade, durante a convivência familiar em prazo estendido, de certa forma, implicou em questionamentos e resistência ao retorno à Unidade.

Pressupõe-se que, o próprio cenário pandêmico pode ter dificultado a permanência dos adolescentes no espaço da unidade, uma vez que, conforme relatos dos próprios adolescentes, diversos conflitos internos emergiram na ocasião, tendo em vista a própria divergência da proposta do trabalho desenvolvido, do objetivo do regime de semiliberdade, isto é, de exercitar o ir e vir com autonomia e exercitar o contato direto com o meio social, através de atividades externas.

De acordo com Sposato (2004), o adolescente que cumpre semiliberdade tem a obrigatoriedade de permanecer sob a custódia estatal, sendo submetido às regras da unidade educacional, ou seja, a medida de semiliberdade caracteriza-se pela privação parcial da liberdade, haja vista que é assegurado ao adolescente o direito de realizar atividades externas, independentemente de autorização judicial, como preconiza o ECA.

Desse modo, diante do momento da restrição das atividades externas, a proposta sociopedagógica sofreu alterações, sob as quais priorizou-se a realização de atividades e ações internas, tais como: oficinas de letramento, oficinas de musicalização, de artesanato; rodas de conversa e dinâmicas de grupo semanais; a garantia de cursos online; jogos de esporte e jogos lúdicos sem contato físico, garantia das atividades escolares de modo remoto, com aulas de reforço escolar ofertada pela unidade, entre outras ações, como no mês de novembro, por exemplo, onde planejou-se atividades voltadas para a consciência negra, com aulas de capoeira, oficina de turbantes e produção de artesanatos de boneca abayomi, além dos atendimentos técnicos sistemáticos.

Vale ressaltar, que a efetivação das ações socioeducativas na casa de semiliberdade na proposta interna, nos coloca frente a diversos desafios, enquanto perspectiva da concretização da garantia de direitos do adolescente em medida de semiliberdade, sendo de fundamental importância a criatividade dos servidores para enfrentar as limitações e situações adversas vivenciadas no contexto da pandemia. Logo, as ações no âmbito socioeducativo propõem a efetivação da proteção integral e da garantia do desenvolvimento pessoal, social e produtivo do socioeducando, contribuindo à sua capacidade de fazer escolhas e tomar decisões para um projeto de vida positivo (GUEDES, 2010).

Considerações finais

O trabalho desenvolvido na casa de semiliberdade no Estado do Pará em tempos de pandemia, seguiu as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Decretos Estaduais, levando

em consideração os cuidados de prevenção da saúde dos adolescentes em conflito com a lei, em observância à proteção integral e a garantia de direitos no âmbito socioeducativo. Destaca-se que a equipe da casa de semiliberdade adotou medidas e devidas ações necessárias para a continuidade do acompanhamento socioeducativo em tempos de pandemia da Covid-19.

Neste sentido, mediante o cenário pandêmico, nos deparamos com restrições e desafios para efetivar um trabalho pedagógico com os adolescentes em cumprimento da medida de semiliberdade, no qual, buscou-se novas abordagens para a convivência social e institucional, adequando as práticas para o desenvolvimento de atividades internas, atendendo a todos eixos propostos no acompanhamento socioeducativo.

Desse modo, no trabalho efetivado buscou-se prioritariamente garantir o direito a educação, a profissionalização, a saúde, arte e lazer, assim como, a convivência familiar, no qual a continuidade das atividades de forma presencial, acarretaram em registros de abandonos da medida. Apesar das dificuldades, o trabalho vem sendo desenvolvido com a proposta de atividades online e atividades sociopedagógicas de forma interna, as quais estão gradativamente retornando para as atividades externas, de modo que proporcione o exercício da ressocialização e da concretização de um projeto de vida saudável dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade.

Referências

BRASIL; Lei nº 8.069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Brasília/DF, 1990.

BRASIL; Lei 12.594/2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Brasília/DF: Casa Civil, 2012.

BRASIL; CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Orientação técnica para inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/Orienta%C3%A7%C3%A3o-CNJ-Final.pdf>. Acesso em: 30 maio, 2021.

BRASIL; CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 47, de 6 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.angra.rj.gov.br/downloads/SAS/sinase/resolucao_conanda_n47_1996.pdf. Acesso em: 30 maio, 2021.

BRASIL; CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Recomendações do CONANDA para a proteção integral a crianças e adolescentes durante a pandemia do Covid-19, 2020**. Disponível

em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/recomendacoes_conanda_covid19_25032020.pdf. Acesso em: 30 maio, 2021.

CUNHA, F. L. M. da. et al. (Org). **Cadernos de socioeducação: semiliberdade**. 1. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010, v.6.

GUEDES, A.C.F. **Projeto Político Institucional do Atendimento Socioeducativo no Pará** / Fundação da criança e do adolescente do Pará. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicada, 2010, v.2.

MIRANDA, K.A.S.N. & LOPES, C.V.A. **Diálogos sobre a socioeducação em tempos de pandemia**. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v.6, n.1, p. 208-219, jan./abr. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/10606-Texto%20do%20artigo-33227-1-10-20210529.html>. Acesso em: 03 junho, 2021.

SPOSATO, k. B. (Org.) **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. ILANUD - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - Brasil UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2004. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ilanud/guia_ilanud.pdf. Acesso em: 03 junho, 2021.

SEÇÃO II – PROPOSIÇÃO DE ATIVIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA



ARTE PARA A LIBERDADE – DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

ART FOR FREEDOM – CHALLENGES IN PANDEMIC TIMES

Thaís Perim Khouri

RESUMO

Em momento ímpar da humanidade, um contexto educativo que já era extremamente complexo - a socioeducação no Brasil - teve que lidar com mais um componente: o isolamento social imposto devido à pandemia do Coronavírus. Na Semiliberdade de Taguatinga 2, localizada no Distrito Federal, uma estratégia desenvolvida foi o envio de atividades remotas e o contato permanente com adolescentes e famílias. Apresentamos alguns resultados e desafios desta jornada, que aponta possibilidades para novos procedimentos na socioeducação.

Palavras-chave: socioeducação, arte-educação, atividades remotas, cultura visual.

ABSTRACT

At a unique moment for humanity, an educational context that was already extremely complex - socio-education in Brazil - had to deal with one more component: the social isolation imposed by the Coronavirus pandemic. At Semiliberdade de Taguatinga 2, located in the Federal District, a strategy developed was the sending of remote activities and permanent contact with adolescents and families. We present some results and challenges of this journey, which point to possibilities for new procedures in socio-education.

Keywords/ Palabras-clave: socio-education, art education, remote activities, visual culture.

Introdução

Em 2018 o Sistema Socioeducativo do Distrito Federal (SSE-DF) passou a contar com especialistas nas áreas de Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música e Educação Física. Atuando em diferentes Unidades, estes profissionais desenvolvem projetos e ministram oficinas regulares. A especialidade de Artes Plásticas é oferecida na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga Sul, desde setembro de 2019. Na rotina socioeducativa, eram ofertadas regularmente práticas artísticas, tais como desenho, pintura, e escultura, no mínimo três vezes por semana. Os trabalhos dos adolescentes chegaram a ser exibidos em uma mostra intitulada “Arte para a Liberdade”, realizada no prédio da instituição. A abertura da exposição contou com a presença de servidores/as e adolescentes de outras unidades, havendo geração de renda para os jovens através da venda das obras. Na época,

a equipe contava com uma estagiária em Artes Plásticas, que contribuiu muito para o andamento das propostas socioeducativas de cunho artístico.

Em março de 2020 foi instaurado o isolamento social no Brasil em decorrência da pandemia do Coronavírus. Foi emitida pela VEMSE a permissão para que os adolescentes cumprissem a medida de semiliberdade com o acompanhamento remoto. Com isto, assumimos o desafio de oferecer atendimentos especializados em arte de forma remota. Entendendo a Arte como um potencial de atuação através da cultura visual, acreditamos que é possível promover mudanças na compreensão de identidade e papel social do adolescente. É uma exploração de novo território, por ser uma especialidade nova no sistema e não haver parâmetros de trabalho.

A Gerência da Unidade estabeleceu uma rotina de ligações diárias à família, feitas pela equipe de agentes de segurança. A equipe técnica também estabeleceu os atendimentos remotos pela via do telefonema. Para além das ligações diárias e de acompanhamento técnico, foram criadas rotinas utilizando ferramentas como o *whatsapp* e *instagram*, o que permitiu o desenvolvimento de atividades culturais e pedagógicas de forma remota. Houveram também parcerias com instituições externas que trouxeram conteúdos e formas de trabalho que enriqueceram o acompanhamento socioeducativo. Apresentaremos estas ações, expondo seus resultados e buscando vias de integrar o aprendizado deste momento desafiador em nossa rotina socioeducativa.

Explorações de terreno

A primeira tentativa de alcançar os adolescentes de maneira remota foi através das redes sociais. Criamos um perfil no Instagram e no Facebook com o nome “Arte para a Liberdade”, no intuito de compartilhar imagens, texto e vídeo com conteúdo artístico, propondo reflexões sociais e pessoais. Para isso, fizemos um levantamento dos adolescentes que possuíam acesso às redes sociais, e constatamos que a maioria dos atendidos possuía perfil em uma ou outra rede. Coletamos os dados dos perfis, estabelecendo mais um canal de comunicação com adolescentes. Esta busca foi interessante para conhecer melhor a realidade dos jovens, acessando a imagem pessoal que eles divulgam para seus pares através das redes, e detectando temas de interesse através dos conteúdos curtidos e compartilhados.

Inicialmente imaginamos ser possível que os jovens acompanhassem aulas ao vivo, e foram preparados vídeos oferecendo técnicas de práticas criativas com materiais simples

e fáceis de ter em casa. Contudo, a estratégia não alcançou os adolescentes de maneira satisfatória. Por outro lado, o conteúdo produzido teve uma ótima aceitação pelas pessoas adultas: servidores e servidoras do socioeducativo, profissionais da área da educação. A atividade de produção de conteúdo educativo e artístico também consistia num vetor de aperfeiçoamento para a estagiária Marcella, que até então fazia parte da equipe. Com o término do seu contrato em maio de 2020, a produção foi descontinuada, pois a pandemia foi justificativa para que a Secretaria não renovasse os convênios e interrompesse o sistema de estágio.

The image shows two screenshots of social media profiles. The top screenshot is the Instagram profile for 'arteprealiberdade'. It features a profile picture with a globe and the text 'Arte para a Liberdade'. The bio states: 'Arte pra libertar o pensamento, arte para ir além do convencional, arte para ressignificar a vida. Perfil educativo ligado à UST 2 www.facebook.com/arteprealiberdade'. Below the bio are seven category icons: Colagem, Consciência..., Dobraduras, Isogravura, Tintas Natu..., Flip Book, and Coronavirus. The main content area shows three posts: a person writing, a pink informational poster about 'LEI MARIA DA PENHA', and a collage of images.

The bottom screenshot is a Facebook post from 'arteprealiberdade' dated 18 de junho. The post text reads: 'Ao movimentar o corpo também movimentamos a mente! Nesta oficina de Capoeira, Gabriela Cavalcanti ensinou além dos movimentos desta arte-luta, a filosofia da brincadeira: que envolve a importância do olhar, da troca, da cumplicidade. Esta atividade foi realizada em janeiro de 2020 pelo projeto Férias ConVida, na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga 2. Pra quem não sabe, semiliberdade é uma medida socioeducativa instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que s... Ver mais'. Below the text is a video thumbnail showing people playing capoeira on a basketball court. The post has 9 likes and 1 share.

Concurso de Histórias

Após dois meses de realização do projeto Arte para a Liberdade, verificou-se que a participação dos adolescentes estava muito baixa, mesmo entre aqueles que possuíam meios de acesso à internet e perfis nas redes sociais. Identificamos, portanto, a necessidade de estabelecer uma rotina de atividades para serem feitas remotamente. Para dar início a esta proposta inserimos o elemento motivacional da premiação, estipulando um concurso de criação de histórias. Assim, alcançamos a participação de 14 adolescentes.

Visando estimular o pensamento em coisas mais positivas, em meio à avalanche de notícias ruins devido à pandemia, o objetivo desta atividade era a criação de uma história de super-herói ou super-heroína, capaz de vencer o COVID-19 e salvar o planeta. A família foi incentivada a participar contribuindo com ideias e sugestões. Trouxemos questões norteadoras para a reflexão criativa:

- A. Quais seriam os superpoderes desta pessoa?
- B. Que estratégias ela irá utilizar para vencer o COVID-19?
- C. Quanto tempo levaria essa batalha?
- D. Quais são as dificuldades de lutar contra um inimigo invisível?
- E. Quando este inimigo está dentro da gente (somos infectados...), quais as formas de lutar?
- F. É possível ela vencer sozinha o desafio, ou poderá contar com a ajuda de amigos, aliadas, ou de um poder maior?

O resultado foi muito satisfatório, mostrando a criatividade e a consciência social de alguns adolescentes, que criaram personagens como “Os Super Doutores”, que precisariam da ajuda de toda a população para vencer o Coronavírus. Cada história deveria ter uma ilustração, e alguns adolescentes escolheram a técnica da “história em quadrinhos” para suas narrativas. A equipe técnica multidisciplinar avaliou todas e selecionou quatro delas para receberem prêmios e certificado.

Esta ação teve desdobramentos. Foi divulgada pela Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, e, posteriormente, foi feita uma articulação com a Fundação Athos Bulcão para que o desenho ganhador do concurso fosse publicado

no calendário da Fundação, ao lado de outros desenhos com temática similar, também selecionados por concurso.

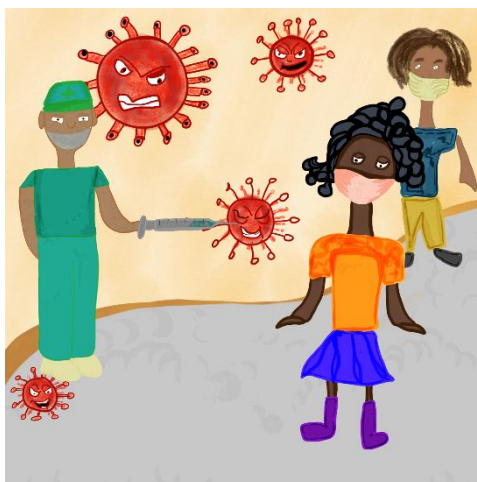


Imagem publicada no mês de janeiro do calendário da Fundação Athos Bulcão.



Atividades remotas

Após o sucesso da primeira atividade remota, o concurso de histórias sobre a COVID-19, instituímos atividades semanais, enviadas para adolescentes e/ou familiares através do aplicativo whatsapp. A cada semana as atividades traziam temas ligados à arte trabalhados de maneira transversal, aliando cultura e atualidades com conhecimentos de história, botânica e profissões. Os temas abordados foram: Máscaras Indígenas e de Festejos Culturais; Arte do Grafite; Arte e Natureza; Ilustração Botânica; Caricatura, Fotografia e seus subtemas - iluminação, planos de retrato, autorretrato, e fotografia como

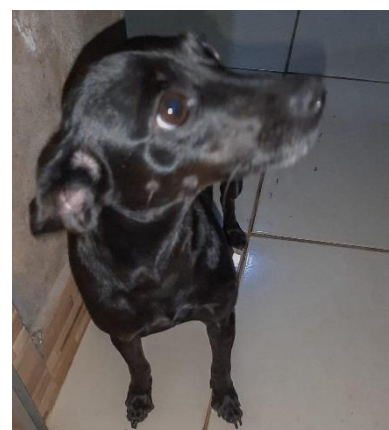
profissão. A última atividade desta série incentivou os adolescentes a pensarem na escolha de uma profissão futura e representá-la em uma imagem.

Toda a equipe da Unidade esteve envolvida no acompanhamento, sempre orientando e lembrando os adolescentes e a família da necessidade de sua realização para atestar o cumprimento da medida. Os resultados enviados pelos adolescentes nos trazem informações sobre suas habilidades criativas, contexto familiar e de moradia, pois revelam aspectos do dia-a-dia dos jovens.

Tema da atividade: Arte e Natureza. Criação de escultura ou desenho com elementos naturais.



Tema da atividade: Fotografia. Estudo de planos fotográficos com modelo vivo.



O envio de atividades remotas permanece até o momento (junho de 2021), e tem sido aprimorado. O *layout* das atividades foi um ponto que recebeu modificações, passando de arquivos com muito texto, página vertical e fundo branco (que se assemelham muito às atividades impressas tradicionalmente feitas em ambiente escolar), para arquivos no formato paisagem, com esquemas de cores, imagens, textos mais objetivos. Um glossário foi incluído ao final de cada atividade, contribuindo para a formação da leitura. Por vezes também é enviado o áudio da leitura do texto, já que há famílias com baixo ou nenhum letramento. Os arquivos são enviados em formato pdf ou jpeg, sempre pelo aplicativo whatsapp. Nos casos em que não é possível o acesso do adolescente a esta mídia, seja em celular próprio ou de parentes, ele é convocado para fazer atividades na Unidade.

As temáticas das atividades passaram a ser conectadas com datas comemorativas, e os comandos de ação mais reflexivos e integrativos com a família e comunidade. Questões de primária importância no contexto social do Brasil foram abordadas, como a primazia dos povos indígenas no cuidado com a terra, e a importância dos movimentos sociais abolicionistas, trazendo informações sobre associações populares que existem hoje no DF. Equilíbrio do meio ambiente, liderança comunitária, e a definição de feminismo foram outros temas tratados.

Encontramos ainda barreiras para a participação integral dos adolescentes, e a principal parece ser o nível educacional em que se encontram. Os jovens, em sua maioria, têm dificuldades de interpretação de texto, para não dizer de leitura básica. O acesso à tecnologia é uma barreira em alguns casos, mas não é a principal. E sobretudo, há o desafio do engajamento: fazer com que compreendam a atividade como algo prazeroso e importante para o seu desenvolvimento na vida não é fácil, quando há camadas de entendimento que colocam a relação socioeducativa como uma punição. Há muito caminho a ser percorrido para que possamos materializar o propósito socioeducativo na realidade, da forma como foi descrito na legislação.

Outras atividades que merecem ser mencionadas

Com a ausência de adolescentes na Unidade, ou a presença de poucos, houve espaço para o desenvolvimento de atividades com a equipe - especialistas, agentes, gestão e colaboradoras, no intuito de estabelecer um processo de formação continuada. Utilizando a metodologia de Rodas de Conversa, sempre apoiadas por um recurso audiovisual - filme ou apresentação de slides - tivemos resultados impressionantes, desde conflitos entre

colegas de trabalho, até aproximações e compreensões, que levaram a mudanças no comportamento de servidoras/es. Um exemplo é a implantação da coleta seletiva: há muito tempo já existiam lixeiras separadas para lixo seco e orgânico, mas os rótulos eram sistematicamente desrespeitados. Depois de uma roda de conversa sobre o filme “A História das Coisas”, a equipe passou a se conscientizar mais de suas atitudes, e foram notadas mudanças nos padrões de coleta seletiva.

Outra ação formativa da qual participaram adolescentes e servidoras/es foram as rodas de conversa sobre o filme “O Silêncio dos Homens”. A ideia para esta atividade surgiu durante uma reunião de equipe, na qual estudamos as datas comemorativas do mês para pensar eventos. Surgiu o interesse pelo dia 06 de dezembro, dia nacional da mobilização do homem pelo fim da violência contra a mulher. A especialista psicóloga trouxe a sugestão do filme “O Silêncio dos Homens”, disponível gratuitamente no *youtube*, e dois agentes masculinos presentes se dispuseram a mediar rodas de conversa sobre o tema após a exibição do filme.

Foram realizadas duas sessões, com o apoio das especialistas em Artes e Psicologia. Vale destacar a atuação dos agentes Handerson e Ionício, que trouxeram conteúdo relevante sobre a lei Maria da Penha. O agente Ionício, inclusive, é formado em direito e autor de livro especializado no assunto. Também foi produzido um convite virtual, com o intuito de dar visibilidade à data que ainda não é muito conhecida.

A UST2 convida para:

Roda de conversa entre servidores (as) com a exibição do documentário “O Silêncio dos Homens”.

O evento acontecerá na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga 2 no dia 08/12, às 10h; com segunda sessão em 16/12, às 15h.

Esta atividade foi criada em homenagem ao:

Dia nacional da mobilização do homem pelo fim da violência contra a mulher

6 de dezembro

Vagas limitadas. Inscrições: artespasticas.semi@gmail.com

Secretaria de Justiça e Cidadania

Considerações finais

De modo geral, percebemos que a quantidade de estratégias e metodologias criadas durante a pandemia trouxe resultados efetivos no que tange à integração familiar, ao desenvolvimento pessoal do adolescente, ao fortalecimento do vínculo entre adolescente, família e Unidade, e até mesmo a integração da própria equipe da Unidade. A realização de reuniões multidisciplinares por videoconferência permitiu um diálogo mais frequente, inclusive entre agentes e especialistas.

Através dos resultados imagéticos das atividades remotas, bem como dos textos escritos pelos adolescentes e das conversas por telefone ou redes sociais, foi possível vislumbrar a rotina de cada adolescente atendido, compreender dinâmicas familiares, e gerar relações de confiança. Em comparação com o atendimento presencial, estes resultados foram alcançados em tempo muito menor no atendimento remoto.

Na comunicação com a família, as principais interlocutoras eram as mães, seguidas das tias, irmãs e pais. Por diversas vezes as familiares desabafaram sobre os dramas e dificuldades enfrentadas, oriundas da pobreza, da falta de escolaridade, do racismo e do machismo estruturais da nossa sociedade. Estar de frente com estas realidades aumenta a nossa responsabilidade como agentes públicas e operadoras do sistema socioeducativo, para articular e acionar as demais instituições sociais, que claramente estão falhando com a população.

Uma Unidade Socioeducativa deve ser um lugar de aprendizado a partir de uma convivência ressocializadora e do acompanhamento na perspectiva do cuidado. Nessa perspectiva, buscamos desenvolver metodologias que alcançassem o público envolvendo-o mesmo durante o distanciamento. Ficou demonstrado que as ações foram frutíferas, e que houve muito ganho no que diz respeito ao trabalho em equipe. No que tange à reflexão sobre o ato infracional e à criação de um projeto de vida, avaliamos que as metodologias criadas durante a pandemia deram um passo significativo na realização destas metas. O fato de ser possível trabalhar de forma mais individual com cada adolescente permitiu o aprofundamento destas questões.

Acreditamos que a arte tem o poder de transformação interna e externa, ressignificando e reciclando conteúdos emocionais, mentais e materiais. A convivência formadora, o fazer criativo e a conexão com os próprios sentimentos para a expressividade são atributos conquistados através da arte e são pilares para o desenvolvimento humano saudável. Diante dos resultados, que demonstram a demanda pelo trabalho especializado

em artes, recomendamos às instâncias superiores que iniciassem a articulação com a Secretaria de Educação do DF para buscar formas de resolver as falhas estruturais no sistema educacional em si, que permitem a evasão e a falta de aprendizagem das populações mais carentes.

Também foram solicitadas a retomada da contratação de novas estagiárias(os) em artes; e a nomeação dos/das especialistas em artes plásticas, artes cênicas, música e educação física aprovadas em concurso público de 2015, ampliando assim a oferta de atividades culturais no sistema socioeducativo.

Referências

Almeida, Laurinda Ramalho de. A questão do Eu e do Outro na psicogenética walloniana. **Estudos de Psicologia** | Campinas | 31(4) | 595-604 | outubro - dezembro 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2014000400013&script=sci_abstract&tlng=pt

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Governo Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Governo Federal, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

Franz, Teresinha Sueli. Instrumento de Mediação e Análise Crítica de uma Imagem. **Revista Digital Art&** - ISSN 1806-2962 - Ano IV - Número 06 - Outubro de 2006. Disponível em: <http://www.revista.art.br/site-numero-06/trabalhos/3.htm>

Freire, Paulo. Medo e **Ousadia – O Cotidiano do Professor**. Tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Hernández, F. ¿De qué hablamos cuando hablamos de Cultura Visual? **Educación & Realidade** v. 30, n. 2. UFRGS, 2005.

Paes, Paulo Cesar Duarte. Educação de adolescentes privados de liberdade: uma abordagem vigotskiana. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 40, n. 2, p. 253-268, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i2.32818>

Secretaria de Estado da Criança, Codeplan. **Perfil e percepção social dos adolescentes em medida socioeducativa no Distrito Federal**. Brasília, 2013.

Secretaria de Estado da Criança. Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. **Projeto Político Pedagógico das medidas socioeducativas no Distrito Federal: semiliberdade**. Brasília, 2013.

TJDFT - 1ª Vara da infância e da Juventude do Distrito Federal; Seção de Medidas Socioeducativas - SEMSE. **A violência policial na voz dos adolescentes em conflito com a lei**. Brasília, s/d.

COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIA: FESTA JUNINA EM CASA

EXPERIENCE SHARING: “FESTA JUNINA” AT HOME

Heloise Kurudz

Resumo

Este artigo descreve uma experiência relatada no evento “Semiliberdade em tempos de Pandemia”, ocorrido no dia 08 de abril de 2021. A atividade “Festa Junina em Casa” foi realizada no decorrer do mês de julho de 2020, com as adolescentes vinculadas à Unidade de Semiliberdade Feminina de Curitiba como uma proposta de manter a tradição desta festa cultural, porém considerando o isolamento social, bem como a continuidade de vínculos com as mesmas em período de distanciamento. Foi gravado um vídeo convite para a festa, sendo a primeira parte explicativa e ilustrativa da festa, em seguida, algumas sugestões de participação e o convite para o retorno através de fotos, vídeos etc. Também foi enviado um “kit” com alimentos típicos e materiais de papelaria, junto às entregas quinzenais de cestas básicas que ocorriam desde o início da pandemia de coronavírus. As adolescentes deveriam organizar sua própria festa junina em casa, com seus familiares, registrar e enviar o resultado de sua comemoração. Das três adolescentes vinculadas naquele momento, duas retornaram com fotos da realização da atividade. Foi uma proposta com engajamento bastante criativo, positivo e participativo pelas adolescentes, de pouca complexidade para execução.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Semiliberdade. Pandemia.

Abstract

This article describes an experience reported in the event "Semiliberdade in Times of Pandemic", which took place on April 8, 2021. The activity "Festa Junina em Casa" was held during the month of July 2020, with teenagers linked to the Semiliberdade Feminina de Curitiba as a proposal to maintain the tradition of this cultural festival, but considering the social isolation, as well as the continuity of ties with them in a period of estrangement. A video invitation to the party was recorded, the first part being explanatory and illustrative of the party, then some suggestions for participation and the invitation to return through photos, videos, etc. A “kit” with typical foods and stationery materials was also sent, along with the fortnightly deliveries of food baskets that had taken place since the beginning of the coronavirus pandemic. Adolescents should organize their own June party at home, with their families, register and send the result of their celebration. Of the three adolescents linked at that time, two returned with photos of the activity. It was a proposal with a very creative, positive and participative engagement by the teenagers, with little complexity for execution.

Keywords: Occupational Therapy. Custody. Pandemic.

Introdução

Em 2020 o planeta observou uma nova situação de rotina, desencadeada pela pandemia do Sars-Cov-2. Vários serviços públicos de atendimento à população brasileira foram suspensos total ou parcialmente neste período. Atendendo ao apelo de várias entidades médicas, o Governo do Paraná instituiu o regime de teletrabalho para alguns servidores, também total ou parcial, dentro das possibilidades e naturezas dos serviços.

Com relação à Socioeducação, é de incumbência Estadual a gestão das medidas mais restritivas de liberdade, a saber as Semiliberdades e Internações, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A medida socioeducativa de Semiliberdade prevê a inclusão de adolescentes em conflito com a lei em uma sistemática ora de maiores restrições, ora de maiores liberdades, utilizando-se na maior parte possível do tempo os serviços públicos os quais são ofertados à população em geral, como escolas, sistemas de saúde, etc. Diante do agravamento da pandemia em meados de março de 2020, as adolescentes então vinculadas ao programa foram encaminhadas às suas famílias de origem, com a orientação de permanecerem em isolamento, enquanto o acompanhamento continuaria em modo remoto. Esta autora, pertencente ao grupo de risco, entrou em afastamento presencial do trabalho concomitantemente.

Nesta época, muitas atividades rotineiras da medida socioeducativa tiveram de ser suspensas, mas outras a sua continuidade poderia ocorrer nas casas das adolescentes. Atendimentos multiprofissionais foram realizados através de videochamadas, telefonemas e mensagens de aplicativo. Cursos profissionalizantes que não foram suspensos passaram a ser exclusivamente à distância e as escolas mantiveram o ano letivo através de materiais impressos e interações de alunos e professores via aplicativos de celular. Eventualmente, algumas visitas às famílias também foram realizadas pelos demais profissionais da Unidade que estavam em teletrabalho parcial. Neste contexto, junto às atividades curriculares as escolas passaram a entregar periodicamente kits de alimentos, os quais inicialmente eram destinados à merenda escolar mas que no momento não estavam sendo utilizados devido a suspensão do atendimento presencial dos alunos. Foi acordado que a Unidade se encarregaria de retirar os kits de alimentos e as tarefas impressas, entregaria às famílias e realizaria também oportunamente visitas presenciais.

Neste momento a autora, aproveitando-se destas viagens, também enviava materiais e atividades selecionadas às adolescentes. Foram entregues várias propostas, objetivando a continuidade de vínculos com as adolescentes em período de distanciamento,

bem como a continuidade do atendimento da área de Terapia Ocupacional. Para tanto, foi considerando a necessidade da manutenção do atendimento, ainda que à distância, a continuidade de algumas rotinas que vinham ocorrendo até então, bem como a proposta de realização de atividades que remetesse a uma realidade que poderia continuar a acontecer, porém com adaptações. Evidentemente, a situação complexa da pandemia fez com que alguns hábitos tivessem de ser deixados de lado, outros tiveram de ser criados. Dentro do possível, esperava-se a continuação da execução de tarefas rotineiras comuns a todos os humanos, dentro dos pressupostos de ocupação e atividade humana, conforme conceitos fundamentais de Terapia Ocupacional.

Considerando-se então esta nova realidade, atividades culturais, expressivas, reflexivas, de lazer, de autoconhecimento, entre outras, eram estruturadas e enviadas às adolescentes junto aos materiais necessários à sua realização. Os temas eram geralmente pensados dentro das referências do mês corrente (como Dia das Mães, por exemplo) e considerando também ações educativas vindas da Direção da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná, como a campanha anual contra Abuso Sexual Infantil e Adolescente comemorado em 18 de Maio. Especificamente sobre o que é objeto deste artigo, para o mês de junho de 2020 foi-se pensado no tema “Festa Junina”, importante comemoração popular no Brasil.

Contextualizando, a festa junina no Brasil é advinda de comemorações que já ocorriam na Europa, no período da Idade Média, sendo trazida pelos colonizadores portugueses ao Brasil e sendo adaptada como forma de aproximação cultural aos índios para sua catequização. Expandiu-se ao interior agrícola, sendo trazida na bagagem às grandes cidades quando iniciou-se o êxodo rural (PROENÇA, 2021). Tornou-se assim festa popular tradicional, ocorrendo em todo Brasil sem distinções, adquirindo vestimentas próprias, músicas e alimentos de época de colheita.

Considerando então a abrangência cultural que a festa traz, sua popularidade, suas possibilidades de estruturação com poucos recursos e o mês em questão, foi realizado por esta autora um vídeo convite à realização da atividade proposta. Importante ressaltar que era necessário contextualizar a referida celebração, trazendo seu histórico e sua importância às adolescentes, demonstrando-se através do vídeo que esta celebração tinha condições de ser adaptada à nova realidade de pandemia e isolamento social. Tal convite foi realizado em forma de um vídeo editado que continha duas partes, sendo a primeira explicativa e ilustrativa da festa, utilizando-se como inspiração e introdução um vídeo hospedado na plataforma Youtube, canal “Prof. Antonio Gomes”, intitulado “História da

Festa Junina”, conforme referenciado ao final deste artigo.

Na sequência, foram levantadas algumas sugestões de participação através de uma gravação pessoal da autora em trajes típicos da festa, comentando a situação de distanciamento social, porém convidando as adolescentes a realizarem suas próprias festas juninas em casa, com seus familiares. Ao final do vídeo, foi solicitado que houvesse retorno por parte das mesmas ao convite através do envio de fotos, vídeos, etc., demonstrando como ocorreu em suas casas a comemoração junina. Ressalta-se aqui a necessidade da realização de um vídeo curto, considerando-se a dificuldade de acesso das adolescentes a Internet com capacidade para o download, empecilho este observado frequentemente durante a pandemia. Junto ao vídeo convite enviado, foi entregue um kit de alimentos também típicos e comumente utilizados nas festas juninas sulinas, como pinhão, pipoca, paçoca, bem como materiais de papelaria para confecção de itens decorativos alusivos, como bandeirinhas de papel, fogueiras, balõezinhos, entre outros.

Das três adolescentes vinculadas na Unidade de Semiliberdade naquele momento, duas enviaram fotos da realização de seus eventos. Ambas envolveram alguns familiares, realizaram maquiagens características do festejo, decoraram suas casas com bandeirinhas e balões de papel e fizeram uso também dos alimentos disponibilizados. Considerando as dificuldades observadas anteriormente no período de isolamento social, por parte das adolescentes com relação às devolutivas de outras atividades propostas, esta apresentou retorno rápido e grande adesão. Importante ressaltar que um dos pontos negativos observados neste período de afastamento, dentro deste acompanhamento realizado à distância, é a baixa e/ou demora do retorno das atividades sugeridas, não somente as de Terapia Ocupacional mas também observado em atividades enviadas pela Psicóloga do Programa, nas atividades escolares e em outras realizadas pelos demais funcionários da Unidade. Provavelmente a diminuição de acompanhamento presencial institucional, aliado ao dismantelamento de rotinas anteriormente estabelecidas, aliado ao surgimento da necessidade da construção de novas rotinas permeadas de incertezas, contribuiu para tal. Ainda assim, foi uma proposta com engajamento bastante criativo, positivo e participativo pelas adolescentes, de pouca complexidade para sua execução.

Referências

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 01 de junho de 2021.

FILHO, Ebis Dias. **Como Surgiu a Festa Junina**. Canal Ebis Dias Filho, Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Ji2T53BuDa0>>. Acesso em 02 de junho de 2021.

GOMES, Antonio. **História da Festa Junina**. Canal Prof. Antonio Gomes, Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Coy8iwTdTxc>>. Acesso em 02 de junho de 2021.

MATSUKURA, Thelma Simões; SALLES, Mariana Moraes. O uso dos conceitos de ocupação e atividade na Terapia Ocupacional: uma revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 4, p. 801-810, 2016. <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/viewFile/991/795>

PROENÇA, Wander de Lara. **Festa Junina: Origens Históricas e Culturais**. Faculdade Teológica Sul Americana. Disponível em <<https://www.ftsa.edu.br/home/index.php/en/artigo/520-festa-junina-origens-historicas-e-culturais>>. Acesso em 02 de junho de 2021.

SILVA, Daniel Neves. **"Origem da festa junina"**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/detalhes-festa-junina/origem-festa-junina.htm>. Acesso em 02 de junho de 2021.

SEÇÃO III – COTIDIANOS E ROTINAS NA EXECUÇÃO DA SEMILIBERDADE



DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE NA PANDEMIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

CHALLENGES AND STRATEGIES FOR IMPLEMENTING THE SEMILIBERTY MEASURE IN THE PANDEMIA – EXPERIENCE REPORT

Alexandra de Campos Bittencourt
Daniela Andrade da Anunciação

RESUMO

O artigo traz um breve relato de algumas ações realizadas na semiliberdade no Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, pertencente à Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) do Rio Grande do Sul, durante a pandemia, esta que exigiu a readaptação nos processos de trabalho e adoção de estratégias considerando o contexto da pandemia e também social. De março a novembro de 2020, houve a suspensão das atividades presenciais na semiliberdade e, posteriormente, iniciou-se a retomada gradual dos atendimentos presenciais, com a adoção de um cronograma de comparecimentos semanais. Durante todo o tempo da pandemia, foram diversas as estratégias adotadas considerando o contexto pandêmico e social, são algumas: construção de protocolos com orientações e procedimentos aos servidores quanto à proteção e prevenção a Covid19 e cartilha para os socioeducandos; projeto de confecção de máscaras de proteção junto a socioeducando e sua família; auxílio às famílias com fornecimento de cestas básicas e kit de proteção ao Covid-19 (máscaras e álcool gel). Diante desse contexto, um dos aspectos positivos encontrados foi que a semiliberdade sempre exigiu flexibilidade, o que contribuiu para as mudanças necessárias na rotina. Outro aspecto positivo foi a diminuição dos abandonos da medida, por parte dos socioeducandos atendidos. São alguns desafios detectados: a vinculação escolar dos socioeducandos; a rearticulação com a rede de atendimento e o aprimoramento do monitoramento à distância dos socioeducandos. Entre desafios, dificuldades e readaptações, considera-se que a experiência permitiu vislumbrar uma nova forma de acompanhamento da semiliberdade, com mais autonomia do adolescente, estando mais inserido na sua comunidade.

Palavras-chave: Semiliberdade. Pandemia. Estratégias. Medida Socioeducativa.

ABSTRACT

The article brings some actions carried out in semi-freedom at the Service Center in Semi-Freedom of Caxias do Sul, belonging to the Socio-Educational Service Foundation (FASE) of Rio Grande do Sul, during the pandemic, which required readaptation in the work processes and adoption of strategies considering the pandemic and social context. From March to November 2020, face-to-

face activities were suspended in semi-freedom and, subsequently, the gradual resumption of face-to-face services was started, with the adoption of a weekly attendance schedule. Throughout the time of the pandemic, several strategies were adopted considering the pandemic and social context, including: construction of protocols with guidelines and procedures for servers regarding protection and prevention, Covid-19 and a booklet for socio-educated students; project for making protective masks with socio-educators and their families; assistance to families with the provision of food baskets and a protection kit to Covid-19 (masks and alcohol gel). In this context, one of the positive aspects found was that semi-freedom always required flexibility, which contributed to the necessary changes in the routine. Another positive aspect was the decrease in dropouts from the measure, by the assisted students. Some challenges detected are: the school connection of the students; the re-articulation with the service network and the improvement of remote monitoring of students. Among challenges, difficulties and readaptations, it is considered that the experience allowed for a glimpse of a new way of monitoring semi-freedom, with more autonomy for the adolescent, being more inserted in their community.

Keywords: Semiliberty. Pandemic. Strategies. Socio-educational Measure.

Introdução

O Centro de Atendimento Socioeducativo em Semiliberdade (CASEMI) de Caxias do Sul é uma unidade executora da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) que está vinculada atualmente à Secretaria da Justiça, Sistemas Penal e Socioeducativo. A FASE é responsável pela execução das Medidas Socioeducativas de Internação e de Semiliberdade no Estado do Rio Grande do Sul, determinadas pelo Poder Judiciário a adolescentes autores de ato infracional. Ao todo são 21 unidades executoras das medidas de internação e semiliberdade em diferentes cidades do estado.

O CASEMI Caxias do Sul destina-se à execução de medida socioeducativa de semiliberdade a adolescentes e jovens adultos com origem na região sob jurisdição do Juizado da Infância e Juventude de Caxias do Sul. As comarcas abrangidas são: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Canela, Carlos Barbosa, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos, Vacaria e Veranópolis.

Conforme definições legais, a medida socioeducativa de semiliberdade trata da privação parcial da liberdade, possibilitando a realização de atividades externas, sem a presença de custódia, mas com monitoramento da equipe de trabalho. A semiliberdade visa à reinserção e reintegração social do socioeducando para a construção de sua cidadania (PEMSEIS, 2014).

De forma geral, no CASEMI Caxias do Sul, até meados de março de 2020, os adolescentes e jovens atendidos, ficavam vinculados à instituição durante a semana e eram inseridos em atividades internas coletivas ou individuais e encaminhados para atividades

externas conforme o Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada um, sendo liberados para a realização de atividades como cursos, trabalho, realização de documentos, atendimentos nas diferentes políticas públicas, bem como a realização de visitas familiares nos finais de semana e quando necessário.

O surgimento da pandemia do Coronavírus em meados de março de 2020, e em curso até o momento, exigiu toda uma readaptação nos processos de trabalho junto aos adolescentes e também junto à equipe e rede de atendimento para a continuidade da busca de atingir os objetivos das medidas socioeducativas e suprir demandas do novo cenário. Essa readaptação passou por vários momentos, conforme as mudanças no contexto pandêmico, social, institucional e mudanças de protocolos sanitários e normativas legais.

De março a novembro de 2020, ocorreu a suspensão das atividades presenciais na semiliberdade de Caxias do Sul e passou-se a acompanhar à distância os socioeducandos, via contatos telefônicos, videochamadas e visitas domiciliares conforme necessário. A partir de novembro de 2020, iniciou-se a retomada gradual dos atendimentos presenciais no Centro de Atendimento e foi adotado um cronograma de comparecimentos semanais, o qual, desde então, vem sendo atualizado semanalmente, com algumas mudanças que vão sendo feitas conforme o avanço ou recuo dos índices da pandemia e mediante avaliação do trabalho desenvolvido.

Diante de todo esse contexto, ao longo da pandemia, foram diversas as estratégias adotadas, das quais apresentaremos algumas, bem como algumas potencialidades, dificuldades e desafios encontrados.

Algumas estratégias adotadas pelo Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul, durante o curso da Pandemia do Coronavírus

Durante o percurso da pandemia, foram diversas as estratégias adotadas considerando o contexto da pandemia e também social, são algumas que selecionamos para apresentar neste relato de experiência:

- Protocolos com orientações aos servidores sobre proteção e prevenção a Covid-19: construídos desde o início da pandemia junto aos servidores, prevendo procedimentos de prevenção, considerando protocolos sanitários gerais, a rotina da semiliberdade e vislumbrando o retorno gradual dos socioeducandos. A construção do protocolo com orientações e procedimentos aos servidores (as) quanto à proteção e prevenção a

Covid-19, ocorreu de forma coletiva envolvendo a todos os representantes da equipe socioeducativa: agentes socioeducadores; chefes de equipe; analistas; direção; representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Unidade e representante do Setor de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da FASE. O protocolo, em forma de documento, prevê uma série de procedimentos de prevenção considerando, por exemplo, a chegada e permanência dos adolescentes na instituição, dos servidores, de familiares dos adolescentes, quando comparecem para atendimentos, bem como em relação à prevenção e constatação de sintomas relacionados. Tais procedimentos são revisados quando há necessidade de ajustes e melhorias.

- Elaboração da cartilha dos socioeducandos com orientações sobre protocolos de prevenção e cuidados ao Covid-19: os protocolos anteriormente construídos foram resumidos e adaptados em formato de cartilha, com a utilização de imagens interativas e seguindo formato lúdico. A cartilha é entregue e explicada para cada socioeducando que ingressa na unidade.
- Projeto de confecção de máscaras de proteção: logo no início da pandemia, junto à responsável por um socioeducando, sua irmã que é costureira, foram confeccionadas diversas máscaras que foram doadas. A confecção de máscaras passou a ser uma fonte de renda da família. O socioeducando também se envolveu no projeto. A experiência foi veiculada em jornal do município onde localiza-se a semiliberdade, com o título: “Jovem caxiense que participa de projeto de ressocialização produz máscaras”
- Auxílio às famílias com fornecimento de cestas básicas e kit proteção a Covid-19 (máscaras e álcool gel): com o agravamento da condição social das famílias durante a pandemia, foram várias as estratégias de apoio, como campanhas de alimentos, encaminhamentos a rede socioassistencial, orientação para o acesso ao auxílio emergencial e parceria com o Banco de Alimentos de Caxias do Sul para o fornecimento de cestas básicas. No momento as cestas básicas são fornecidas mensalmente, e junto a elas se acrescenta eventualmente, itens de higiene e proteção a Covid-19.
- Outra estratégia importante foi o desenvolvimento de ações de cuidado aos servidores da socioeducação durante a pandemia, considerando a complexidade do trabalho e as novas exigências do momento em que vivemos.

Considerações finais

Diante de todo este contexto de adaptação e readaptação, um dos aspectos positivos

foi que a semiliberdade é uma medida que sempre exigiu mais flexibilidade, o que contribuiu para as mudanças necessárias na rotina. Outro aspecto positivo foi a diminuição dos abandonos da medida por parte dos socioeducandos atendidos, sendo que no período houve uma redução das evasões e nenhuma fuga, o que pode estar relacionado, entre outros aspectos, com a diminuição do período que ficam na instituição.

Uma das dificuldades encontradas está sendo vincular e manter o vínculo escolar dos socioeducandos, sendo que as atividades durante a pandemia são no ensino remoto/à distância ou com período reduzido e os socioeducandos disponibilizam de poucos recursos para esse acompanhamento. Além disso, o desafio da escolarização dos adolescentes em medida socioeducativa é constante, visto ser um público que em sua grande maioria tem um histórico de dificuldades em relação à escolarização, com defasagem escolar, por exemplo, e pouca autonomia para os estudos, aspectos que foram acirrados em esse novo contexto.

Outro desafio foi à rearticulação com a rede de atendimento, uma vez que as reuniões presenciais foram suspensas e antes da incidência da pandemia, a equipe da semiliberdade estava vinculada a uma série de grupos de trabalho e fóruns de articulação intersetorial e interinstitucional, sendo este um dos principais vieses do trabalho, considerando a imprescindibilidade para potencializar e qualificar as inserções sociais dos socioeducandos e de suas famílias (CASEMI CAXIAS DO SUL, 2017). A partir do final do ano de 2020 e início de 2021, a equipe passou a provocar e retomar algumas reuniões de forma virtual e retomar também, a participação em outras instâncias que já estavam com os trabalhos em andamento.

São vários os aspectos que poderiam estar neste relato, mas no momento são estes os selecionados e, para finalizar, uma reflexão que fica é que toda essa experiência de readaptação permite vislumbrar uma nova forma de acompanhamento na semiliberdade, com mais autonomia do adolescente, mais inserido na sua comunidade, algo que há tempos se discute, diante dos diferentes entendimentos e experiências de semiliberdade existentes.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18/01/2012.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos/RS – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA – RS, Abril. / 2012.

_____. **Lei nº 8069, de 13/078/1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). In: Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Congênere. Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos/RS – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA – RS, Abril. / 2012.

CASEMI CAXIAS DO SUL. **Programa de Atendimento da Unidade de Semiliberdade de Caxias do Sul.** Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul. Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, 2017.

BITTENCOURT, Alexandra de Campos; ANUNCIAÇÃO, Daniela Andrade da. A escolarização e a aprendizagem profissional de socioeducandos em semiliberdade: dados de realidade e possibilidades a partir de uma experiência. In: DEGASE. **Revista SocioEducação**, ano 1, edição 1, Rio de Janeiro: Degase, 2017. In: <http://www.novodegase.rj.gov.br/esgse/index.php?option=com_quix&view=page&id=58>. Acesso em jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Programa de Execução de medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS).** Porto Alegre: Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos - SJDH/RS, Fundação de Atendimento Socioeducativo - FASE/RS, 2014.

CUIDADO COM TRABALHADORES DA SOCIOEDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS NA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SOCIO-EDUCATIONAL WORKERS CARE AT PANDEMIC TIMES: A CASE STUDY AT FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

Tamara Aparecida Maciel

RESUMO

Este artigo trata de ações desenvolvidas visando ao cuidado com trabalhadores da socioeducação. Em virtude das características do trabalho socioeducativo, o cuidado com a saúde mental dos profissionais que atuam na área é extremamente importante, especialmente em momento em que se vive uma pandemia. Trata-se de ações desenvolvidas na Fundação de Atendimento Socioeducativo/RS. No mês de novembro de 2020 foi realizada a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho em uma unidade de semiliberdade, porém, pelo fato das atividades serem online, estas foram abertas para a participação de servidores das demais unidades. No mês de janeiro de 2021 foi realizada a Campanha Janeiro Branco, com foco no cuidado com a saúde mental. Nas duas propostas foram tratados temas relacionados à importância do cuidado físico e mental, estresse no trabalho e influência da pandemia no trabalho. As duas propostas foram desenvolvidas de forma online, o que favoreceu a participação de profissionais de todas as unidades presentes nos diferentes municípios do estado. No primeiro evento participaram 64 trabalhadores e no segundo aproximadamente 219 trabalhadores. O desafio para o desenvolvimento das ações, esteve em organizar as equipes para a participação, já que o trabalho é ininterrupto. Todas as atividades foram avaliadas com critério “ótimo” ou “bom”, evidenciando a pertinência dos temas tratados. O desenvolvimento dessas ações propiciou momentos de cuidado com a saúde dos trabalhadores da Fundação. O intuito é de que cada vez mais ocorram ações focadas na promoção da saúde e prevenção de doenças laborais.

Palavras-chave: Socioeducação. Trabalho socioeducativo. Pandemia. Cuidado. Saúde mental.

ABSTRACT

The overall purpose of the study is to discuss actions concerning socio education workers' health care. Due to the characteristics of socio-educational work, focusing attention on the mental health of professionals of this field is extremely important, especially at pandemic times. In this respect, the research deals with actions developed at *Fundação de Atendimento Socioeducativo* in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. In November 2020, the Internal Workplace Accident Prevention Week was held in a semi-freedom facility, however, because the activities are online, it was open to employees from the other units. In January 2021, the Campaign *Janeiro Branco* was held, with a focus on mental health care. At both events, the importance of physical and mental care, work-related stress and the influence of COVID-19 pandemic on work were debated. The campaigns were online events, which favored the participation of professionals from all units present in different cities. 64 workers participated in the first event and approximately 219 workers in the second. The challenge was to select the teams for participation, since the work is uninterrupted. All activities were evaluated using the codes "excellent" or "good", showing the relevance of the topics covered. The development of these actions provided moments of health care for the Foundation's workers. The intention is that more and more actions for health promotion and prevention of occupational diseases take place.

Keywords: Social Education. Social-educational Work. COVID-19 pandemic. Care. Mental Health.

Introdução

Disponer de espaços para o cuidado dos servidores que trabalham em instituições que executam medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade é sempre importante. O trabalho socioeducativo nessas instituições, exige muito dos aspectos emocionais e mentais dos trabalhadores.

Estar inserido no contexto de trabalho em uma unidade da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE-RS), que executa a medida socioeducativa de semiliberdade, permite identificar no dia a dia, o quanto o trabalho é desgastante e exaustivo. Servidores que fazem ou fizeram uso de medicação psiquiátrica em função de questões do cotidiano de trabalho é algo comum, assim como afastamentos relacionados a problemas de saúde mental, ao longo dos anos de serviço dentro da Fundação.

Nesse contexto de sobrecarga de trabalho mental e emocional, entre o final do ano de 2019 e início do ano de 2020, o mundo foi assolado por uma pandemia, a qual perdura desde então. Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou que o mundo estava vivendo a pandemia do novo coronavírus (ONU, 2020), um vírus denominado Sars-Cov-2, causador da doença COVID-19. O vírus espalhou-se pelo mundo gerando mortes de forma assustadora.

A partir de março de 2020 as instituições, empresas e afins, foram obrigadas a tomar medidas preventivas, na tentativa de minimizar possíveis efeitos da pandemia. Na FASE

não foi diferente, foram necessárias inúmeras adaptações de rotina e procedimentos de trabalho. Houve necessidade da construção de protocolos de segurança para evitar o contágio. Foi preciso desenvolver rapidamente novos hábitos e uso de equipamentos de proteção individuais. Essa nova realidade gerou muita instabilidade, ansiedade e angústia.

Diante desse contexto, considerou-se como essencial a realização de ações de cuidado à saúde dos servidores, sendo estas objeto deste artigo, que se configura como um relato de experiência. O objetivo é descrever ações realizadas na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul, visando ao cuidado com a saúde mental dos servidores.

Relato de Experiência

Dados analisados pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul (FASE – RS), apontam que os maiores índices de afastamentos dos servidores estão relacionados aos transtornos mentais.

Em um estudo realizado por Greco et al (2015) com agentes socioeducadores da FASE, identificou-se a prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) em 50,1% da população pesquisada. Os DPM caracterizam-se pela presença de fadiga, tristeza, ansiedade, diminuição da concentração, insônia, irritabilidade e preocupações somáticas. O estudo aponta que essa prevalência pode estar associada ao trabalho com adolescentes e ao papel pedagógico e de referência que os agentes socioeducadores desempenham para com estes.

Greco et al (2015, p. 98) apontam que “esses trabalhadores têm o compromisso de proteger, garantir a segurança e participar no processo socioeducativo, oportunizando ao adolescente uma vida em sociedade” aspectos que implicam em significativa carga emocional. Sem dúvidas, essa demanda afeta não somente os agentes socioeducadores, mas os trabalhadores do socioeducação como um todo.

Com a incidência da pandemia do novo coronavírus as mudanças nas rotinas de trabalho dentro da Fundação foram inúmeras. Foi necessário, por exemplo, o afastamento do trabalho de aproximadamente 23% dos servidores pertencentes ao grupo de risco para o contágio pelo novo coronavírus. As visitas dos familiares aos adolescentes e jovens da medida de internação precisaram ser suspensas para evitar que houvesse contaminação e surto da doença nas unidades, fator gerador de tensões, pois a convivência familiar é

extremamente importante para a saúde emocional dos socioeducandos. Nas unidades de semiliberdade o atendimento aos socioeducandos passou a ocorrer de forma remota, sendo necessária a adaptação das equipes e desenvolvimento de novos métodos de trabalho. Assim, os trabalhadores passaram a conviver com uma carga emocional extra, além daquela peculiar ao trabalho.

Os autores Silva, Santos e Oliveira (2020, p. 3-4), em um estudo sobre os efeitos da pandemia na saúde mental dos indivíduos, apontam que:

Seja pelo fato da ameaça em si de adoecimento e morte, seja em razão da adoção de medidas de enfrentamento que podem alterar significativamente os modos de viver dos indivíduos, assim como possibilitar rupturas importantes nas relações sociais, é possível prever um risco aumentado de emergência de problemas psicológicos como um reflexo da pandemia de COVID-19.

Assim, as ações de cuidado em saúde mental tornam-se essenciais. As ações que serão apresentadas neste artigo, ocorreram em novembro de 2020 e janeiro de 2021. As iniciativas foram propostas por servidoras e servidores do Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul (CASEMI).

Em novembro de 2020 foi desenvolvida a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), organizada pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) do CASEMI, com o apoio do SESMT da Fundação.

No CASEMI Caxias do Sul, entre os integrantes da CIPA, estava a psicóloga da unidade, autora deste artigo, a qual, sabendo da importância do cuidado com a saúde mental dos servidores, especialmente em meio a uma pandemia, empenhou esforços para a realização da SIPAT de forma on-line, já que, por medida de segurança, deveriam ser evitados os encontros presenciais. Em virtude da possibilidade da realização do evento de forma on-line, a SIPAT ficou aberta para a participação das demais unidades da Fundação, sendo ampliada para além dos servidores do CASEMI Caxias do Sul.

Para a construção da programação da SIPAT, foi desenvolvido um questionário on-line para o levantamento de demandas dos servidores. Entre os temas sugeridos, buscou-se contemplar: estresse relacionado ao trabalho e à pandemia; autocuidado (atividade física, alimentação, saúde mental); comunicação no ambiente de trabalho; prevenção e segurança no trabalho. Para o desenvolvimento das atividades, foram convidados profissionais capacitados para abordar os diferentes temas.

Em relação aos resultados da SIPAT, os participantes totalizaram 63 servidores.

Importante mencionar que o Casemi Caxias do Sul é composto por 23 servidores, sendo que da unidade, participaram 15 pessoas. Conforme os dados dos formulários de inscrição, constatou-se que, ao todo, participaram servidores de 15 unidades e da sede administrativa. A Fundação conta com um total de 21 unidades. Os 63 participantes representam 3,67% da população de servidores, que é de 1715 trabalhadores.

Para a avaliação do evento, foi solicitado que os participantes avaliassem quanto à pertinência dos temas abordados, domínio do conteúdo pelos palestrantes e infraestrutura. Sendo que todos os itens foram avaliados com os critérios “ótimo” e “bom”.

Na avaliação foi propiciado também para que os respondentes pudessem deixar sugestões, elogios ou críticas, caso desejassem, os quais estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1: Sugestões, elogios ou críticas para a SIPAT 2020

Comentários: deixe aqui suas sugestões, elogios, críticas. É com a contribuição de todos e todas que melhoramos enquanto grupo!
1. Tudo nota 10. Estou certo de que foi feito o melhor, dentro das condições que temos, até conseguir condições de fazer melhor ainda. PARABÉNS,
2. Incrível a abrangência do evento... 30 participantes em média conectados! Assuntos pertinentes, atuais e de reflexão. Eu me senti encorajada À reforma e amadurecimento profissional, inclusive em minhas relações fora do ambiente de trabalho...OBRIGADA
3. Assim como esta SIPAT foi um sucesso, devemos incentivar não só SIPAT, mas outros temas pois aproxima os colegas e Cases.
4. Parabéns a todos que se envolveram na SIPAT...seja organizando ou participando...O evento foi sensacional...nota 10
5. Adorei todas as palestras
6. Adorei o conteúdo, sou muito grato pela disposição dos envolvidos, a você que com muito carinho sempre encaminhou o link para poder participar, e me lembrar do horário. Acredito que essa forma online de curso ajudou a todos a participar, mesmo em trabalho remoto em casa deu para participar. Todos estão de parabéns.
7. Que tenha mais
8. Ano que vem estamos aí se precisar!
9. Acho que foi ótimo! Consegui participar de três encontros, gostaria de ter participado de todos, não consegui, dos que participei adorei os temas muito bom, pois todos vieram ao encontro do dia a dia que vivemos na FASE, foram explanados de forma clara e objetiva, me trouxeram aprendizados e esclarecimentos nos assuntos abordados. E a ginástica laboral sensacional ser feito a prática. Parabéns aos organizadores!!
10. Foi maravilhoso
11. Último dia ...consegui assistir...Gostei da palestrante. Maravilha!!
12 Achei tudo perfeito...GRATIDÃO
13. Semana muito proveitosa principalmente para os integrantes da CIPA. A iniciativa merece o reconhecimento e elogio de todos. Obrigado. Grande Abraço
14. Gostei muito das palestras que participei, principalmente a de hoje que nos leva a refletir sobre a comunicação num todo.
15. Parabéns! Superaram os desafios do momento!!! Adorei

16. Com certeza um evento desafiador e inovador! Parabéns a todos os envolvidos! Foi muito bom!

17. Muito bom, momentos de interação, aprendizado e até de rever colegas, parabéns, a organização.

Fonte: Relatório SIPAT 2020. Autora: Tamara Aparecida Maciel (2020)

Observa-se que são todos comentários positivos e, com base nisso, é possível supor que a SIPAT propiciou um momento de interação, aprendizado e cuidado com os trabalhadores. O formato on-line também foi mencionado como aspecto positivo por alguns respondentes.

O segundo evento visando ao cuidado com a saúde mental dos servidores foi realizado no mês de janeiro de 2021 e tratou-se da Campanha Janeiro Branco. Esta campanha tem como foco chamar a atenção para o tema da saúde mental. Ela surgiu em 2014 por iniciativa de psicólogos de Uberlândia – MG e o intuito é de que seja replicada todos os anos nos mais diferentes contextos, com o objetivo de trazer à tona o tema da saúde mental. A escolha do mês de janeiro se deve ao fato de ser o mês em que as pessoas estão mais abertas para pensar em metas e planos para si.

A proposta da realização da Campanha Janeiro Branco 2021 da FASE, partiu das servidoras do CASEMI Caxias do Sul, as quais já haviam desenvolvido essa campanha em outros anos. Porém, desta vez, foram convidados servidores e servidoras de outras unidades e setores da Fundação para compor o grupo e desenvolver a proposta, a qual acabou tendo uma abrangência maior.

Ela foi desenvolvida de forma on-line e constou das seguintes ações: desenvolvimento de um questionário autoaplicável, onde era possível refletir sobre a saúde mental no ano que passou, sobre interferências da pandemia na saúde mental, ações cotidianas para o cuidado com a saúde mental, ações cotidianas geradoras de prejuízo à saúde mental, ações necessárias para melhorar a saúde mental. Foi programado o desenvolvimento de quatro palestras, desenvolvidas uma por semana durante o mês de janeiro, com os seguintes temas: estresse no trabalho em tempos de pandemia – o que fazer?; resiliência – trabalho em tempos de pandemia; autocuidado frente aos traumas causados pelo trabalho no sistema socioeducativo; cuidando da saúde mental dos servidores com círculos de autocuidado e terapias integrativas.

Sobre os resultados da campanha, os respondentes do questionário desenvolvido com o intuito de trazer uma reflexão sobre a saúde mental foi de 219 pessoas, representando 12,76% do total de servidores da Fundação. O total de participantes das

palestras foi de 106 pessoas. O questionário era respondido de forma anônima, assim não havia possibilidade de contabilizar quais servidores participaram das palestras e quais responderam ao questionário, dessa forma, é possível afirmar com certeza, que pelo menos 219 pessoas participaram do evento, porém, em uma contagem informal, acredita-se que o número de participantes chegou próximo a 300 servidores. Participaram da campanha servidores de 17 unidades, da sede administrativa e da Associação dos Funcionários das Fundações de Proteção Especial e de Atendimento Socioeducativo (AFUFE). Observa-se que a abrangência da campanha foi bem maior em relação a SIPAT.

Novamente foi solicitado aos participantes para avaliarem o evento quanto à pertinência dos temas abordados, domínio do conteúdo pelos palestrantes e infraestrutura. Sendo todos os itens avaliados com os critérios “ótimo” e “bom”, assim como ocorreu na avaliação da SIPAT. Foi propiciado novamente para que os respondentes pudessem deixar sugestões, elogios ou críticas, caso desejassem, os quais estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2: Sugestões, elogios ou críticas para a melhoria das próximas edições da Campanha Janeiro Branco

Comentários: deixe aqui suas sugestões, elogios ou críticas para a melhoria das próximas edições da Campanha Janeiro Branco!
Ótimas abordagens e domínios! Parabéns!
Deve haver continuidade dessas palestras.
Sempre ter
Adorei receber o aviso da palestra pelo whatsapp. Adoraria no futuro continuar sendo avisada pelo whatsapp.
Que venham mais edições deste lindo projeto!!! Parabéns a todos por nos oportunizar esses momentos!!
Acredito que vocês só tendem a melhorar. GRATIDÃO
A qualidade da transição atrapalha um pouco o acompanhamento.
Só tenho a elogiar às pessoas que organizaram essas palestras. Ótima iniciativa
Precisamos da continuidade dessas e acolhimento todos os dias. Continuamos a dar as mãos e cuidar de mim e do outro. Gratidão!
Que as ações de cuidado e capacitação dos servidores, sejam permanentes
Excelentes palestras.
Só elogios. E elogios especiais a equipe de trabalho da CSRT (NPRT e SESMT).
Sugiro restrição do tempo de fala dos participantes.
Adorei só em alguns momentos o áudio ficou falho
Muito bom, parabéns!
Muito bom, parabéns!
Excelente organização, fiquei triste por não conseguir participar de todas.
De acordo em relação da pandemia

Parabéns para a equipe organizadora pela escolha dos temas e pela escolha dos palestrantes.

Ótimas abordagens e domínios! Parabéns!

Fonte: Relatório Campanha Janeiro Branco. Autora: Tamara Aparecida Maciel (2021)

Observa-se que as avaliações são muito positivas, exceto algumas observações sobre a qualidade da transmissão e tempo de fala dos participantes, mas em relação ao conteúdo e abordagens, é possível supor que foram pertinentes às demandas dos servidores.

Análise das ações

Uma pesquisa realizada por Grandó et al (2006) sobre cargas de trabalho, aponta que o sofrimento dos servidores manifesta-se, entre outros aspectos, pelo alto grau de absenteísmo, o que, sem dúvida, prejudica o andamento do trabalho junto aos socioeducandos.

Tais sofrimentos indicam a necessidade do desenvolvimento de práticas voltadas para a atenção à saúde do trabalhador. Os dados referentes a prevalência de DPM na população de agentes socioeducadores, de 50,1%, (GRECO et al, 2015), fazem pensar sobre a necessidade de atentar para a saúde mental dentro das unidades da FASE. Os DPM não se configuram como uma patologia, mas interferem no funcionamento do indivíduo, sendo caracterizados pela presença de fadiga, tristeza, ansiedade, diminuição da concentração, insônia, irritabilidade e preocupações somáticas (KAC, 2006). Viver longos períodos de tempo nessa condição afeta a qualidade de vida das pessoas, podendo contribuir para o desenvolvimento de diversas doenças somáticas.

Um estudo desenvolvido por Luz, et al (2020), com trabalhadores da enfermagem, aponta que a pandemia pode acentuar o desenvolvimento de transtornos mentais, entre eles os DPM, citados na pesquisa de GRECO et al (2015) com alta prevalência dentro da Fundação.

Nesse contexto, o desenvolvimento de ações de cuidado aos servidores mostra ser de extrema relevância, pois somente será desenvolvido um trabalho socioeducativo de qualidade se os profissionais estiverem em condições físicas, emocionais e intelectuais para tal.

Durante a realização dos eventos foi possível observar o quanto os participantes estavam motivados a participar das atividades, tanto por meio da presença on-line, como

pelos comentários via chat e aqueles realizados de forma oral durante as atividades. Muitas das falas referiam-se e demonstravam o quanto os temas estavam sendo propícios e relacionados às questões do trabalho e da pandemia. Dados que foram corroborados pelos resultados da avaliação.

O fato de ser um evento on-line tornou-o especialmente significativo, pois permitiu a interação entre colegas de diferentes unidades, bem como, possibilitou a ampliação do cuidado para todas as unidades que desejaram e puderam participar. Também pelo fato de ser on-line, os servidores que estavam afastados por meio de laudo médico tiveram a oportunidade de participar, rever os colegas e abastecer-se de afetos.

Em relação a aspectos a serem melhorados, houve algumas falhas na comunicação com os participantes e observou-se a necessidade de melhoria da internet na FASE. Quanto às falhas de comunicação, logo que percebidas foram solucionadas. Referente a internet, trata-se de um investimento amplo e já é de conhecimento dos gestores a necessidade dessa melhoria, especialmente diante da pandemia, onde está sendo tão necessário este recurso.

Outro desafio ao desenvolvimento dos eventos, é de que o trabalho na Fundação é ininterrupto, sendo impossível parar o trabalho para que os servidores participem das atividades. Considerando essa realidade, em ambos os eventos foram programadas atividades em dias e horários diferentes, visando a possibilitar a participação do maior número possível de servidores.

Considerações Finais

O desenvolvimento desses eventos foi um grande desafio devido ao contexto imposto pela pandemia. Fazer eventos de forma on-line exigiu um planejamento diferenciado e busca de adaptação a novas tecnologias.

Durante o percurso surgiram muitas dúvidas sobre como ocorreriam as ações na prática e também se haveria adesão dos servidores. Com base nos resultados apresentados, considera-se o saldo final como muito positivo. Nesse sentido, o número de participantes do segundo evento foi significativamente maior que no primeiro, evidenciando a melhoria no processo de organização e execução das atividades.

Considera-se que o desenvolvimento desses eventos ganhou um grau maior de importância ao serem realizados em meio à pandemia, pois propiciaram o cuidado aos

servidores diante de um contexto social e de trabalho bastante exaustivos emocionalmente.

Importante mencionar que seguem sendo realizadas ações de cuidado aos servidores dentro da Fundação. Entre os meses de março a julho de 2021 está sendo desenvolvida uma capacitação on-line com o tema “Cuidando da integralidade do servidor: a conexão das inteligências emocional, física, mental e espiritual”. A capacitação mescla momentos de vivência e teoria, com uma metodologia que favorece a expressão e conexão dos servidores. A meta é de que participem pelo menos 600 servidores da Fundação.

Na unidade de semiliberdade de Caxias do Sul, será desenvolvida pela CIPA do local, entre os meses de julho e agosto, uma campanha de cuidados físicos, com a presença de nutricionista e educador físico para o acompanhamento da equipe. Nesta ação, serão resgatados dados gerados nos formulários da campanha Janeiro Branco, visando auto análise da equipe e construção de novas metas de saúde.

Para finalizar, com base nos dados apresentados, é possível supor que os eventos propiciaram momentos de cuidado com os servidores. Foi gratificante receber o retorno positivo dos participantes. Fazer uma socioeducação com qualidade envolve cuidar de quem cuida, principalmente quando se vive uma pandemia. Espera-se que sigam sendo desenvolvidas ações de cuidado de forma constante, com a participação cada vez maior de servidores, sempre buscando o aprimoramento do trabalho socioeducativo e a saúde dos trabalhadores da socioeducação.

Referências

GRANDO, M. K.G.; KIRCHHOF, A. L.C.; BECK, C. L.C.; TRINDADE, L. L. As cargas de trabalho em um Centro de Apoio Sócio-Educativo. In: **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/198/47> . Acesso em: 02/02/2021.

GRECO, P. B. T. G.; MAGNAGO, T. S. B. S.; URBANETTO, J. S.; LUZ, E. M. F.; PROCHNOW, A. Prevalência de distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores do Rio Grande do Sul. In: **Revis Bras Enfer**, v 68, n.1, p. 93-101, jan-fev 2015

KAC, G; SILVEIRA, E. A.; OLIVEIRA, L.C.; MARI, J. J. Fatores relacionados à prevalência de morbidades psiquiátricas menores em mulheres selecionadas em um Centro de Saúde no Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. 2006; 22(5):999-1007.

LUZ, E. M. F; MUNHOZ, O. L; MORAIS, B. X; GRECO, P. T; CAMPONOGARA, S; MAGNAGO, T. S. B. S. Repercussões da Covid-19 na saúde mental dos trabalhadores da enfermagem. In: **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**. 2020;10:e3824. Disponível em: <http://doi.org/10.19175/recom.v10i0.3824>. Acesso em 13/06/2021

ONU. **Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia.** Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>. Consulta em 02/02/2021.

S/AUTOR. **Campanha Janeiro Branco: por que “Janeiro” e por que a cor “branca”?** Disponível em: <http://janeirobranco.com.br/campanha-janeiro-branco-por-que-janeiro-e-por-que-a-cor-branca/>. Acesso em: 12/12/2020.

SILVA, H.G.N; SANTOS, L.E.S; OLIVEIRA, A.K.S. Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. **J. nurs. health.** 2020;10(n.esp.):e20104007. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i_fNxf8zd.pdf. Acesso em: 13/06/2021.

SEÇÃO IV – TROCA DE SABERES SOBRE SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA



SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA: PENSAR A ATUAÇÃO PROFISSIONAL PARA CONSTRUIR PROPOSTAS DE AÇÃO

SEMILIBERTY IN PANDEMIC TIMES: THINKING ABOUT PROFESSIONAL PRACTICE TO BUILD PROPOSALS FOR ACTION

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira
Luciana Reis Martins

RESUMO

É fato que a medida socioeducativa de Semiliberdade apresenta pouca visibilidade frente às demais propostas socioeducativas, apesar de ser ancorada na participação social do adolescente mediada por uma equipe multiprofissional e tenha foco na articulação dos serviços em contraposição a privação total proposta pela internação. Pensar a execução desta medida em um momento em que os serviços sociocomunitários encontram-se com acesso restrito devido a imposição e barreiras sanitárias mostra-se como um desafio para os profissionais. A possibilidade de refletir sobre a atuação profissional para a construção de propostas de semiliberdade em tempos de pandemia se mostra como estratégia frente às limitações existentes para esta modalidade de medida socioeducativa. A partir da experiência de troca de saberes buscou-se mostrar o potencial existente na medida de semiliberdade mesmo durante um período de necessidade de distanciamento físico, acreditando em um sistema socioeducativo onde a promoção e garantia de direitos seja efetivamente o cerne da ação. A troca de experiências fortalece e fomenta novas propostas de atendimento e acompanhamento, e conseqüentemente promove um repensar sobre a socioeducação e o papel dos profissionais, na execução de práticas com foco na afirmação da cidadania e autonomia dos adolescentes, assim como na construção e fortalecimento das políticas sociais.

Palavras-chave: Prática profissional; Política pública; Socioeducação; Medida Socioeducativa; Adolescente em conflito com a lei.

ABSTRACT

It is a fact that the socio-educational measure of Semi-liberty has little visibility compared to other socio-educational proposals, despite being anchored in the social participation of adolescents mediated by a multidisciplinary team and focusing on the articulation of services in contrast to the total deprivation proposed by detention. Thinking about the implementation of this measure at a time when social and community services are with restricted access due to imposition and sanitary barriers is a challenge for professionals. The possibility of reflecting on professional performance for the construction of semi-liberty proposals in times of pandemic is shown as a strategy against existing limitations for this modality of socio-educational measure. From the experience of knowledge exchange, we sought to show the potential existing in the measure of semi-liberty even during a

period of need for physical distance, believing in a socio-educational system where the promotion and guarantee of rights is effectively the core of the action. The exchange of experiences strengthens and encourages new proposals for care and monitoring, and consequently promotes rethinking about socio-education and the role of professionals, in the execution of practices focused on the affirmation of citizenship and autonomy of adolescents, as well as on the construction and strengthening of social politics.

Keywords: Professional practice; Public policy; Socioeducation; Socio-educational Measure; outlaw teenager.

Introdução

Pensar a execução da semiliberdade em tempos de pandemia se mostrou um desafio bastante grande. Primeiro, pois pensar a execução da semiliberdade frente ao universo das medidas socioeducativas, já representa pensar o específico, pensar sobre a medida que talvez seja a menos explorada. Segundo, por pensar sobre a execução de uma medida que se organiza e se fundamenta através das relações sociais e comunitárias em tempos de isolamento e distanciamento social, quando os serviços sociocomunitários estão em grande parte fechados ou com acesso restrito à população que mais necessita deste acompanhamento.

Porém, mesmo em tempos tão difíceis, a execução socioeducativa continua, e os adolescentes acompanhados pelas medidas também apresentam suas demandas e necessitam da atenção continuada.

A medida de semiliberdade está descrita no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em uma seção específica, resumida a apenas um artigo, que diz que

Seção VI

Do Regime de Semi-liberdade

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação (BRASIL, 1990, s/p).

Identificamos que, já na legislação, pouco se apresenta sobre a Semiliberdade, tornando esta medida com pouca visibilidade frente às demais propostas socioeducativas. Isso pode ser constatado a partir dos dados levantados pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que apontam que em 2018 o Brasil contava com 123 unidades de semiliberdade no território nacional, frente a 330 unidades de internação, o que representa

aproximadamente 27% do total de unidades. Considerando o número de vagas, essa discrepância é ainda maior. Em uma projeção estimada, as vagas de semiliberdade representam pouco mais de 12% das vagas existentes no sistema de privação de liberdade (internação provisória, semiliberdade e internação) (BRASIL; CNMP, 2019), o que demonstra que uma proposta de medida socioeducativa ancorada na participação social do adolescente mediada por uma equipe multiprofissional ainda é pouco difundida, e que a privação total ainda tem sido a opção de investimento e alternativa encontrada para a ação frente a prática infracional.

Considerando a distribuição das unidades de semiliberdade nos diferentes estados brasileiros, podemos observar que alguns sequer têm registrado a existência de unidades direcionadas a execução desta medida, sendo que o estado com o maior número de unidades ou casas de semiliberdade possui um total de 19 (BRASIL; CNMP, 2019). Esta escassez de unidades também infere na não garantia de direitos estabelecidos em lei, como por exemplo se pensarmos sobre a garantia de que o adolescente permaneça cumprindo a medida socioeducativa na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsáveis. Por poucas serem as unidades de semiliberdade e sua distribuição não acontecer de maneira homogênea em território nacional, a realidade não permite a própria execução do ECA de maneira integral.

Diferentes podem ser as justificativas para a não adoção da medida de semiliberdade como prioridade nas medidas socioeducativas de privação e restrição, porém compreende-se que a opção pelo investimento em unidades de internação e privação total de liberdade carrega em si aspectos como a segregação e o encarceramento, e que estas práticas pouco interferem na efetivação da autonomia dos adolescentes frente os diferentes desafios e na alteração da realidade social vivenciada por estes jovens que possuem, na grande maioria das vezes, seus direitos violados.

Assim como a prática infracional por estes adolescentes não pode ser entendida como natural, a não garantia de direitos básicos como educação de qualidade, saúde e trabalho também não deve ser normalizada. Através da ideia de “acumulação de desvantagens” (MISSE, 2010; PIRES, 2019) experienciada por uma parcela da população, que usualmente vivencia um entrelaçamento de variáveis que produzem e reproduzem relações sociais de desigualdade permitindo uma maior ou menor possibilidade de inclusão/exclusão social, podemos pensar nos adolescentes a quem as medidas socioeducativas são direcionadas. Precisamos compreender que por ser um processo estrutural e histórico, as superações das exclusões vivenciadas pelos sujeitos não podem

ser direcionadas única e exclusivamente aos indivíduos, mas precisam ser compreendidas contextualmente.

Nesta realidade, é necessário ter em mente que as políticas públicas, e dentre elas a socioeducação, também devem ser entendidas como estruturantes do processo de produção e reprodução das relações sociais, podendo estar contribuindo para a continuidade das formas de exclusão existentes. Mediante este quadro, cabe aos profissionais, executores da medida socioeducativa, refletirem sobre as práticas desenvolvidas e as contradições inerentes a estas práticas.

Objetivando transcender as vivências de controle, vigilância e punição, tão presentes ainda ao se discutir a socioeducação, nós, profissionais necessitamos refletir sobre como possibilitar novas organizações e como promover a emancipação e autonomia dos adolescentes possibilitando um novo espaço de reconhecimento e superação das desigualdades. Como propunham Gramsci (1999; 2001) e Basaglia (1986), através de um processo de reflexão crítica da ação profissional transforma-se a prática em ação teórico-política, nos apresentando como agentes de transformação que identificam necessidades, na prática real, e desvelam os processos que as alicerçam.

Semiliberdade em tempos de pandemia: Reflexões sobre o que pode ser feito

Considerando as realidades vivenciadas em pandemia, e através das experiências expostas no evento “Semiliberdade em tempos de pandemia: troca de saberes e compartilhamento de experiências” realizado no dia 08 de abril de 2021, observamos que o acompanhamento nas unidades de semiliberdades tem se mostrado bastante diverso, sendo que em algumas localidades a execução desta medida tem acontecido de maneira remota, e em outras realizado com a permanência dos adolescentes em isolamento no interior das unidades socioeducativas, se aproximando ora a medida de liberdade assistida, ora a medida de internação propriamente dita.

A partir de realidades em que os adolescentes se mantiveram em cumprimento da medida no interior das casas de semiliberdade, sem poder efetivas as inserções comunitárias previstas para esta medida, a execução adquire um novo caráter, sendo que as equipes socioeducativas têm se mostrado como propulsoras de propostas para a manutenção do aspecto pedagógico da medida imposta. Porém mesmo com a existência de protocolos sanitários e orientações referentes às execuções de medidas socioeducativas neste período de exceção, devemos manter em mente que a privação de

liberdade deve ser aplicada apenas quando não há outra possibilidade para a execução da proposta socioeducativa.

Estes profissionais das diferentes categorias (agentes de segurança/ educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, gestores, dentre outros) tem a oportunidade de exprimir, em suas ações, o compromisso com a construção de uma socioeducação que vai além da sanção jurídico-penal que cumpre o papel do controle social, mas que vise a diminuição das vulnerabilidades a que o adolescente está exposto.

Considerando que os grupos mais vulneráveis são os que também mais estão em risco de contágio pela CoVid-19, por serem os grupos que apresentam menores condições de manutenção de práticas de higiene apropriadas (por possuírem menor acesso ao saneamento básico e ao tratamento de saúde adequado, maior número de moradores por domicílio, a necessidade de utilização dos transportes coletivos e a dificuldade de realizarem o isolamento e distanciamento devido às características de emprego e renda), Farias e Leite Junior (2020) evidenciam que além de ações voltadas ao enfrentamento à pandemia, são necessárias também estratégias que considerem que nossa organização social se estrutura em relações de desigualdade, sendo urgente a necessidade de construção de políticas que atendam às diferentes necessidades dos grupos e populações. Para os autores,

é fato que a pandemia tem causado severas mudanças na vida cotidiana da população, independente da faixa etária, sendo necessário acionar estratégias, serviços e recursos disponíveis na prevenção e resolução dos problemas colocados, bem como requerendo dos profissionais e pesquisadores fomentar estratégias (FARIAS; LEITE JUNIOR, 2020, p. 9).

Neste sentido, retoma-se a importância do vínculo necessário entre as equipes das unidades socioeducativas e dos serviços disponíveis nos territórios. A execução da medida de semiliberdade se dá exclusivamente com o adolescente inserido em sua comunidade, e isso significa que este adolescente precisa estar, também, vinculado efetivamente aos equipamentos deste território, afinal, é neste espaço que o cotidiano se estrutura e se constrói.

O conhecimento e reconhecimento das potencialidades dos serviços e instituições que trabalham em rede para a efetivação dos direitos dos adolescentes e seus familiares é essencial não apenas neste momento de pandemia, mas se almejamos o alcance da autonomia e efetivação da cidadania para os adolescentes a quem destinam-se nossas

práticas. A pandemia evidenciou os processos de exclusão e vulnerabilidade a que os adolescentes estão expostos, sendo que a partir de tal realidade descoberta os profissionais têm precisado mostrar, cada vez mais, seu compromisso ético e político com uma execução de semiliberdade que respeite os direitos e individualidades dos adolescentes.

Mostrar o potencial existente em uma medida de semiliberdade é acreditar em um sistema socioeducativo onde a privação não seja o cerne da ação, mas sim a promoção e garantia de direitos. A partir da discussão de como executar a semiliberdade, principalmente considerando-se a realidade de pandemia, elaboram-se novas propostas de atendimento e acompanhamento, promovendo também um repensar sobre a socioeducação e o espaço destinado aos adolescentes autores de ato infracional.

Pensando sobre a atuação profissional, Farias e Leite Junior (2020) apontam possibilidades, como a criação de espaços de ação e reflexão voltados a acolhida dos desejos e necessidades dos sujeitos e coletivos, com a problematização das desigualdades estruturais existentes na vida cotidiana, mantendo-se o foco na afirmação da cidadania, autonomia e dos direitos, assim como na construção e fortalecimento das políticas sociais.

Se acreditamos que a transformação social acontece através da diminuição da desigualdade e da efetivação de direitos, é necessário que os adolescentes estejam, efetivamente, inseridos e participando da sociedade, e isso não conseguimos através do aprisionamento, mas sim através da integração. Como aponta Yazbek (2014), o trabalho desenvolvido precisa alcançar além do gerenciamento das necessidades dos sujeitos, almejando-se a construção de espaços de poder e efetiva participação. Afinal,

O fantasma da violência alimenta-se também da falta de perspectivas de ação coletiva, da atual incapacidade das elites políticas sérias de convencer esses jovens de que é possível uma ação política transformadora, da inexistência de uma política transformadora, da inexistência de uma polícia respeitada por todos e capaz de esclarecer grande parte dos crimes e de uma justiça capaz de punir injustiças de toda sorte (MISSE, 2002, p. 4).

Vislumbra-se, para a socioeducação, a construção de mais espaços de integração social do que de privação e encarceramento, considerando que a efetivação da cidadania e a garantia dos direitos sociais colabora, substancialmente, para a redução das injustiças e desigualdades. A partir da troca de experiências é possível observarmos limites existentes na execução da medida de semiliberdade, mas também vislumbrar diferentes possibilidades, de um fazer significativo com foco na efetivação dos direitos dos adolescentes acompanhados.

Assim, através da reunião e discussão acerca da temática da socioeducação de maneira global e especificamente da execução da medida de semiliberdade compreendemos que espaços de luta têm sido galgados, espaços estes constitutivos da política, onde novos valores e conceitos são fomentados, objetivando a construção de novos modos de pensar e agir socialmente. Assim, busca-se transcender as concepções e valores instituídas através da sociedade de controle, deixando também de lado as práticas de uma sociedade disciplinar, que ainda são observadas quando se observam as execuções da medida de semiliberdade (ARANTES, TABORDA, 2019).

Como lição, se é que podemos apontar apenas uma, fica a possibilidade de nós, enquanto socioeducadores, podermos discutir e aprimorar as possibilidades de intervenção e busca por uma sociedade mais igualitária, onde os adolescentes, independente da prática de atos infracionais, possam ter seus direitos garantidos nas mais diferentes instâncias, desde a mais tenra infância. Nos cabe difundir a possibilidade que temos em criar espaços de transformações, de maneira individual, na relação com os adolescentes e famílias acompanhadas, e também coletivamente, considerando a necessidade de mudança nos modos de reprodução social atuais.

Referências

ARANTES, M. A.; TABORDA, F. A medida de semiliberdade: monitorar, controlar e punir. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 1, p. 27–44, 25 jul. 2019.

BASAGLIA, F. **O homem no pelourinho**, 1986. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5263599/mod_resource/content/1/BASAGLIA%20O%20homem%20no%20pelourinho.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. 13 jul. 1990.

BRASIL; CNMP. **Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros**. [s.l.] Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, 2019.

FARIAS, M. N.; LEITE JUNIOR, J. D. Vulnerabilidade social e Covid-19: Considerações a partir da Terapia ocupacional Social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 16 maio 2020.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere - volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização brasileira, 1999. v. 1

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere - volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização brasileira, 2001. v. 2

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 79, p. 15–38, 2010.

PIRES, R. R. C. (ED.). **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**. Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

YAZBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 677–693, dez. 2014.

A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DE TERAPIA OCUPACIONAL NA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO ‘SEMILIBERDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA’

THE EXPERIENCE OF OCCUPATIONAL THERAPY STUDENTS IN ORGANIZING THE ‘SEMILIBERTY IN TIMES OF PANDEMICS’ EVENT

Hellen Kertischka Batista de Lima
Kimberly Oliveira
Lorena Godoy

RESUMO

Relato realizado por estudantes de Terapia Ocupacional que participaram da organização do evento “Semiliberdade em tempos de pandemia: Troca de saberes e compartilhamento de experiências”. A metodologia para organização do evento ocorreu por meio de plataformas digitais, encontros semanais na modalidade online, sendo feita criação de planilhas com divisão de tarefas, cronograma, divisão de temáticas e avaliação das inscrições pertinentes à temática proposta pelo evento, com posterior elaboração e envio de certificados para todos os presentes. Sendo possível contribuir de forma coletiva, flexível e com autonomia nas ações realizadas. Após a concretização do evento, emergiram reflexões acerca da contribuição formativa tanto no processo de organização quanto nas discussões percebidas e assistidas durante o evento. A riqueza dos saberes compartilhados foi propulsora de reflexão teórico-prática de forma crítica, ética e política contribuindo também para a formação continuada ao fomentar novas possibilidades de ações e eventos relacionados à temática, considerada de extrema importância. Assim, a construção coletiva é um pilar de transformação social, tanto na troca de saberes quanto na construção de práticas que possibilitem compartilhar desafios e estratégias de enfrentamento em um momento histórico, político e social em que ações como esse evento mostram-se cada vez mais urgentes.

Palavras-chave: Relato de experiência; Comissão organizadora; Divulgação científica; Extensão universitária

ABSTRACT

Report made by Occupational Therapy students who participated in the organization of the event “Semi-liberty in times of pandemic: Exchange of knowledge and sharing of experiences”. The methodology for organizing the event took place through digital platforms, weekly meetings in the online modality, creating worksheets with division of tasks, schedule, division of themes and evaluation of entries relevant to the theme proposed by the event, with subsequent preparation and

submission of certificates for everyone present. Being possible to contribute collectively, flexibly and with autonomy in the actions taken. After the completion of the event, reflections emerged about the formative contribution both in the organization process and in the discussions perceived and attended during the event. The wealth of shared knowledge was the impetus for critical, ethical and political theoretical-practical reflection, also contributing to continuing education by fostering new possibilities for actions and events related to the theme, considered of extreme importance. Thus, collective construction is a pillar of social transformation, both in the exchange of knowledge and in the construction of practices that make it possible to share challenges and coping strategies in a historical, political and social moment in which actions such as this event are increasingly urgent.

Key words: Experience report; Organizing committee; Scientific divulgation; University Extension

Introdução

A preparação do evento “Semiliberdade em tempos de pandemia: troca de saberes e compartilhamento de experiências” se deu a partir da interlocução entre a idealizadora do projeto, a professora do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná e alunas orientandas da mesma inseridas em estágio de contexto social. Nesse relato iremos descrever como foi a experiência para nós, enquanto estudantes e participantes da organização do evento e nossa participação também como ouvintes. Enquanto comissão organizadora alguns papéis foram distribuídos para que cada integrante da organização desse conta de demandas pré-estabelecidas.

Com isso, para que se iniciasse o processo de inscrição e participação no evento nós nos propusemos a nos dividir e ficarmos responsáveis pela lista de inscritos, convidados e cronograma do evento. As propostas foram construídas, discutidas e articuladas entre todas de forma remota, via reuniões na plataforma Google Meet, para que nós alunas pudéssemos nos aproximar do tema e compreender o propósito do evento, visto que existiram vários questionamentos em relação a compreensão da realidade social em como executar a medida de semiliberdade no contexto de pandemia.

Durante as reuniões também foram estabelecidas as metas a serem cumpridas antes do dia em que ocorreu o evento, neste processo os pontos citados foram: a formulação de tabelas e planilhas no Google Drive para orientar a divisão das tarefas, estabelecer encaminhamentos, prazos e pensar em estratégias de apresentação, ordem, gravação do evento, divisão por subtemas, criação de formulário para inscrição, envio de e-mails para os inscritos, comunicação com os inscritos e convidados via email, definição da plataforma e testes de funcionamento da plataforma, elaboração e envio de certificados, lista de presença, formulário para avaliação do evento, e registros das reflexões, diálogos, sugestões e encaminhamentos durante o evento, pensando na melhor forma possível de contemplar os objetivos propostos.

Os objetivos específicos foram traçados a partir da difusão das práticas realizadas nas unidades socioeducativas de semiliberdade, da aproximação dos profissionais visando o fortalecimento do sistema socioeducativo e o envolvimento dos acadêmicos e pesquisadores no assunto para a discussão sobre a política.

Durante o processo de organização a maior dificuldade era compreender as propostas e executá-las de maneira remota, a comunicação entre a equipe organizadora se mostrava uma barreira quando executada a distância e as demandas muitas vezes necessitavam ser repassadas com maior insistência para que ocorresse um diálogo mais fluido e entendível.

Contudo, ainda assim foi possível organizar todas as demandas do evento anteriormente a data do mesmo para que ocorresse como desejado. O evento contou com a participação nas apresentações, de profissionais de diferentes locais do país, de áreas de diferentes profissões, como professores, assistentes sociais, pedagogos, técnicos de enfermagem, psicólogos, diretores, gestores, coordenadores técnicos, especialistas socioeducativos em artes plásticas, além de terapeutas ocupacionais.

As respostas no formulário de inscrição trouxeram uma grande variedade de temáticas que puderam somar conhecimentos de áreas de atuação profissional e trazer debates aprazíveis acerca do tema central. O que nos fez pensar na organização de uma ordem lógica para apresentação por três subtemas, em que os mais próximos estivessem em sequência para uma melhor articulação de ideias. Sendo eles: Estratégias no acompanhamento remoto, Atividades artísticas e culturais e Rotina. Assim, foi possível durante o evento compor diálogos em que os inscritos se identificaram tanto em barreiras enfrentadas no cotidiano, quanto em estratégias que se somam, mesmo em contextos tão diversos. Havendo também a contribuição dos participantes através de perguntas, sugestões e comentários pelo chat ou áudio.

Os desafios apresentados na atuação profissional durante a pandemia, foram relatados como dificuldade dos atendimentos remotos, motivação, falta de acesso e recursos a modalidade remota, abandono da medida socioeducativa por parte dos socioeducandos, monitoramento a distância dos socioeducandos, deslocamentos para atendimento presencial domiciliar e/ou na unidade de semiliberdade, adesão dos socioeducandos à medida de semiliberdade, dificuldades de articulação com a rede por ter seus serviços suspensos, entre outros fatores isolados, não obstante de extrema relevância. No entanto, a diversidade e possibilidade de ações produzidas no contexto,

constatou possíveis efetividades e inovação nas estratégias ao se deparar com os desafios enfrentados, mas que ainda são insuficientes.

Reflexões sobre a contribuição formativa do evento

Ao repensar o sujeito em seu contexto social, para além da unidade em que cumpre a sanção, a medida socioeducativa deve oportunizar aos adolescentes novas experiências de compreensão da realidade e integração social. Nesse sentido, os desafios enfrentados nas unidades de socioeducação para colocar os objetivos da medida em prática já eram múltiplos e diversos, com a necessidade de isolamento social devido ao surto de Covid-19 agravaram-se e surgiram novos desafios. Assim, a urgência de discutir, elaborar e repensar práticas coletivamente mostrou a importância desse evento e o alcance atingido superou as expectativas.

As estratégias realizadas e apresentadas, com todos os desafios enfrentados, viabilizaram diferentes facilidades e benefícios como a aproximação formação aprofundada do vínculo familiar, disposição da família no processo de ressocialização, atuação aproximada do contexto de Liberdade Assistida, aprimoramento dos atendimentos aos socioeducandos e suas famílias, baixa complexidade nas organizações, otimização do tempo disponível dos socioeducandos dentro de suas residências, flexibilidade da equipe, diminuição das fugas e evasões, apoio da rede, das famílias e flexibilidade dos servidores.

Com os variados relatos e suas experiências satisfatórias dos participantes concluiu-se o evento com a abertura para roda de conversa para perguntas e debates, em que pode-se constatar a relevância da temática proposta, abrindo sugestões para mais eventos como esses, além da criação de fóruns semestrais ou anuais para garantir a proximidade, o compartilhamento de conhecimentos, levantamento de pautas para discussão e perpetuar a magnitude das atuações profissionais no contexto da socioeducação.

A contribuição pelo compartilhar de tantas experiências também gerou inquietações e necessidade de encontrar na prática novos fazeres e possibilidades de atuação conjunta, intersetorial e interdisciplinar, haja vista a diversidade de profissionais na participação do evento. Mas também mostrou a importância de buscar amparo em políticas públicas e reformulações legais possíveis que possam oferecer um suporte mínimo para enfrentamentos e resistências no trabalho desenvolvido em meio a pandemia.

Nesse sentido, enquanto estudantes de Terapia Ocupacional inseridas em estágio de contexto social, a oportunidade de participar da organização de um evento com tanta riqueza de saberes compartilhados é de imensa contribuição para nossa formação teórico-prática. Além disso, aproximar-se do contexto da socioeducação na semiliberdade mostrou o quanto essa área de atuação em Terapia Ocupacional ainda é pouco difundida durante a graduação, havendo necessidade de aproximar os conhecimentos teórico-práticos da universidade e fortalecer eventos tão importantes como esse, pela via de parcerias com Centro Acadêmicos, por exemplo.

Reflexões finais

Apesar de algumas dificuldades enfrentadas com o distanciamento social como a impossibilidade de realizar o evento presencialmente e os desafios com recursos tecnológicos exigidos para que ocorresse de forma remota, essa modalidade também possibilitou ampliar trocas com profissionais diversos de todo o Brasil que atuam com medida socioeducativa em casas de semi-liberdade. O que também fomentou discussões pertinentes ao reunir diferentes contextos culturais e sociais, mas que compartilham de inquietações muito próximas, especialmente no atual contexto pandêmico que exige a união de esforços para o enfrentamento de tantas barreiras, desigualdades, disparidades e ameaças a direitos sociais básicos.

Repensar estratégias que deem conta de tantas demandas é extremamente desafiador, não há respostas prontas e tampouco experiências prévias que ofereçam caminhos e orientações em meio a uma situação tão atípica e que agrava as inúmeras problemáticas já enfrentadas. Por esse motivo, a importância desse evento toma proporções bastante significativas, históricas, singulares e potentes, ressaltando o quanto é imprescindível a força dos encontros e da criação e reinvenção coletiva para a resistência das práticas no contexto da socioeducação, pois nada se faz só.

SOBRE AS AUTORAS

Alessandra Barros Amorim

Graduação em Psicologia, pela instituição UNAMA, Belém-Pará, especialista em Psicologia do trânsito, Avaliação psicológica, Pós-graduanda em Neuropsicologia e em Perícia criminal: *profiling*. E-mail: aless.amorim07@gmail.com

Alexandra de Campos Bittencourt

Pedagoga. Especialista em Gestão Estratégica em Educação e em Políticas Públicas e Socioeducação. Atualmente no cargo de Diretora no Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul – FASE RS. E-mail: alexandra-bittencourt@fase.rs.gov.br

Ana Maria Campos Machado

Assistente Social, Especialista em Políticas Sociais pela Universidade do Contestado/SC e Gestão Pública pelo Instituto Federal de Santa Catarina. Assistente Social da Secretaria de Estado Justiça, Família e Trabalho/ Casa de Semiliberdade de Cascavel-PR. E-mail: anamcmachado@sejuf.pr.gov.br

Andréa Maria Fedeger

Terapeuta Ocupacional. Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional. Universidade Federal do Paraná. E-mail: andrea.fedeger@ufpr.br

Daniela Andrade da Anunciação

Assistente Social no Centro de Atendimento em Semiliberdade de Caxias do Sul da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul – FASE RS. Mestre em Serviço Social. Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação. E-mail: daniela-anunciacao@fase.rs.gov.br

Hellen Kertischka Batista de Lima

Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal do Paraná

Heloise Kurudz

Terapeuta Ocupacional, Semiliberdade Feminina de Curitiba, Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Paraná. E-mail: heloisek@sejuf.pr.gov.br

Juliana Biazze Feitosa

Psicóloga. Doutora e Mestre em Psicologia pela UEM, Especialista em Saúde Pública pela UNIOESTE e em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise pela PUCPR. Docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. Psicóloga da Semiliberdade de Cascavel (2019-2021). Diretora Adjunta do Departamento de Atendimento Socioeducativo DEASE/SEJU-PR (2017-2018). Psicóloga dos Centros de Socioeducação de Cascavel 2 e de Pato Branco (2005-2015). E-mail: juliana_biazze@yahoo.com.br

Kimberly Oliveira

Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal do Paraná

Lorena Godoy

Graduanda em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal do Paraná

Luciana Reis Martins

Graduada em História (UNIPAR), com Especialização em Gestão de Centros de Sócio educação (UNIOESTE). Diretora da casa de Semiliberdade de Umuarama. Vice-Presidente da Comissão municipal de Sócio educação de Umuarama. E-mail: lucianamartins@sejuf.pr.gov.br

Marina Jorge da Silva

Graduada, mestre e doutora em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP. E-mail: marinajorge@ufscar.br.

Renata Hoeflich Damaso de Oliveira

Professora Substituta no Departamento de Terapia Ocupacional (DTO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha de pesquisa Redes Sociais e Vulnerabilidades. Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal do Paraná (2005). Mestre pela da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2018). Agente profissional na SEJUF-PR. E-mail: renatahdo@gmail.com

Tamara Aparecida Maciel

Psicóloga. Especialista em Psicodrama. Psicóloga da Fundação de Atendimento Socioeducativo - RS. Caxias do Sul. Rio Grande do Sul. E-mail: tamara-maciel@fase.rs.gov.br

Tháís Perim Khouri

Especialista em Artes Plásticas na Semiliberdade de Taguatinga 2 e mestre em Artes Visuais pela Universidade de Brasília. Brasília, DF. E-mail: artesplasticas.semi@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Às e aos profissionais dispostos a compartilhar suas práticas no evento realizado em 08 de abril de 2021.

Às autoras motivadas à publicação das experiências.

À comissão organizadora, composta por estudantes de graduação em Terapia Ocupacional da UFPR.

À universidade pública que possibilita encontros, produção do conhecimento e compartilhamento de saberes.

